

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LARISSA DE SOUZA GUADAGNIN

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO

**BENTO GONÇALVES – RS
2022**

LARISSA DE SOUZA GUADAGNIN

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, junto ao Campus Universitário da Região dos Vinhedos, da Universidade de Caxias do Sul, na Área de Humanidades.

BENTO GONÇALVES – RS
2022

LARISSA DE SOUZA GUADAGNIN

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia no Campus Universitário da Região dos Vinhedos da Universidade de Caxias do Sul na Área de Humanidades.

Orientadora: Profª Dra. Maristela Pedrini

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profª Dra. Maristela Pedrini – UCS - Orientadora

Profª Ma. Lezilda Maria Teixeira - UCS - Examinadora

Profª Ma. Sílvia Hauser Farina - UCS – Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela oportunidade de estar concluindo mais uma etapa da minha vida.

Agradeço meu pai Volmir, à minha mãe Rosinha e à minha irmã Emanuela por tudo, por acreditarem em mim e por serem meu alicerce. Agradeço também ao meu namorado Leonardo, que acompanhou de perto toda essa caminhada, me incentivando e me tranquilizando nos momentos que mais precisei.

Agradeço aos meus colegas e aos meus professores, principalmente à minha orientadora, Professora Dra. Maristela Pedrini, por toda atenção, carinho, disponibilidade, paciência, preocupação e contribuições não só na elaboração desse trabalho, mas sim, ao longo de toda minha trajetória acadêmica.

Meu agradecimento às Professoras Lezilda e Sílvia pelo aceite para participarem como avaliadoras do trabalho desenvolvido e por todas as contribuições para a qualificação do mesmo.

Agradeço também à empresa de Vila Flores que abriu suas portas para que eu realizasse minha pesquisa e, também, aos colaboradores que se dispuseram a participar da pesquisa que descrevo neste texto monográfico. Ressalto que a participação dos referidos colaboradores foi essencial para o alcance dos objetivos estabelecidos nesse estudo.

De modo geral, gratidão a tudo e todos que estiveram comigo durante esses seis anos de formação no curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia junto à Universidade de Caxias do Sul, Campus da Região dos Vinhedos-RS.

EPÍGRAFE

“Educação não transforma o mundo.

Educação muda as pessoas.

Pessoas transformam o mundo.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema *“Educação de Jovens e Adultos e o Mundo do Trabalho”*, com o objetivo de investigar implicações da falta da escolarização no âmbito pessoal e profissional de sujeitos que não concluíram seus estudos na educação Básica. Para tanto, a referida investigação buscou resposta ao problema *“Quais as implicações da falta da escolarização no âmbito pessoal e profissional dos sujeitos colaboradores da empresa X, localizada no município de Vila Flores-RS?”*. A pesquisa descrita, de natureza aplicada, de campo, de cunho qualitativo e caráter exploratório quanto aos seus objetivos, foi desenvolvida através da metodologia de estudo de caso (GIL, 2008) com aplicação de entrevistas semiestruturadas a dez colaboradores que atuam em diferentes setores da empresa-campo de investigação. Os dados coletados foram analisados por meio da análise textual discursiva (MORAES, 2003) como maneira de analisar o conteúdo dos discursos, permitindo a livre expressão das participantes, a fim de construir respostas ao problema de pesquisa da qual emergiram os seguintes blocos de estudo: *“Educação: direito de todos, privilégio apenas para alguns; Escolaridade e oportunidades profissionais e Recomeçar sempre é uma opção: a Educação de Jovens e Adultos”*. Os estudos foram fundamentados em aportes teóricos entre os quais destaco Azevedo (2006), Freire (1987), Junior (2018), Libâneo (2005), entre outros. A pesquisa possibilitou uma ampla compreensão acerca da temática em foco e, como resultados, é possível afirmar que o abandono escolar, este devido a várias causas, está diretamente ligado às oportunidades no mercado de trabalho. As narrativas dos participantes do estudo reafirmaram que o nível de escolaridade interfere na entrada, no tipo de cargo a exercer, na permanência e no crescimento dentro da empresa. Também, os argumentos apresentados revelaram as implicações na vida pessoal de cada sujeito no que se refere à autoestima e inclusão social. Ainda, ficou evidente que grande parte dos entrevistados não retomou os estudos, mas, atualmente, os mesmos pensam em voltar a estudar e, embora nunca tendo frequentado a EJA, compreendem que, através desta modalidade de ensino, podem concluir seus estudos e obter uma formação que contribua para a garantia de seus direitos e oportunidades enquanto cidadãos.

Palavras-chave: Educação. Jovens e Adultos. Escolarização. Trabalho. Abandono Escolar.

ABSTRACT

The present work addresses the theme “Education of Young People and Adults and the World of Work”, with the objective of investigating implications of the lack of schooling in the personal and professional scope of subjects who did not conclude their studies in Basic Education. Therefore, this investigation sought to answer the question “What are the implications of the lack of schooling in the personal and professional scope of the collaborators of company X, located in the municipality of Vila Flores-RS?”. The described research, of an applied, field nature, of a qualitative nature and exploratory in terms of its objectives, was developed using the case study methodology (GIL, 2008) with the application of semi-structured interviews to ten employees who work in different sectors of the enterprise-field research. The collected data were analyzed using discursive textual analysis (MORAES, 2003) as a way of analyzing the content of the speeches, allowing the free expression of the participants, in order to construct responses to the research problem from which the following study blocks emerged: “Education: a right for all, a privilege for only a few; Schooling and professional opportunities and Starting over is always an option: Youth and Adult Education”. The studies were based on theoretical contributions, among which I highlight Azevedo (2006), Freire (1987), Junior (2018), Libâneo (2005), among others. The research enabled a broad understanding of the theme in focus and, as a result, it is possible to state that school dropout, due to various causes, is directly linked to opportunities in the job market. The narratives of the study participants reaffirmed that the level of education interferes with entry, the type of position held, permanence and growth within the company. Also, the arguments presented revealed the implications in the personal life of each subject with regard to self-esteem and social inclusion. Still, it was evident that most of the interviewees did not resume their studies, but, currently, they are thinking about returning to study and, although they have never attended EJA, they understand that, through this teaching modality, they can complete their studies and obtain a training that contributes to the guarantee of their rights and opportunities as citizens.

Keywords: Education. Youth and Adults. Schooling. Job. School Dropout.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Número de Matrículas na Educação Básica RS.....	27
Gráfico 02 – Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos.....	27
Gráfico 03 – Variação (%) no número de Matrículas da EJA.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa.....	39
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEEJA	Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SESI	Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 O ATUAL CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	21
2.1.1 A Educação de Jovens e Adultos como política pública.....	21
2.1.2 O contexto da Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Sul: o abandono escolar.....	26
2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO	30
2.2.1 Abandono da Educação Básica e suas implicações no âmbito pessoal e profissional.....	30
2.2.2 Educação de Jovens e Adultos: espaço de reflexão, de escuta, de fala e construção pessoal.....	33
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	38
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO	38
3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	39
3.4 CARACTERIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E DA TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS	40
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: MEMÓRIAS E SONHOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	42
4.1. EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS, PRIVILÉGIO APENAS PARA ALGUNS...42	
4.1.1. Sonhos interrompidos: dificuldades, motivos e sentimentos	43
4.2. ESCOLARIDADE E OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS	46
4.2.1. A educação vista por outros olhos: o mundo do trabalho	48
4.3. RECOMEÇAR SEMPRE É UMA OPÇÃO: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	51
4.3.1. A Educação de Jovens e Adultos: novas oportunidades e desafios	56

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICES	71
APÊNDICE 01 – Entrevista semiestruturada aplicada aos colaboradores.....	71

1 INTRODUÇÃO

A educação é fundamental na vida de todos os seres humanos e está inteiramente relacionada com o desenvolvimento individual de cada sujeito. Nesse sentido, é possível afirmar que o processo educacional contribui com a formação humana nos seus diferentes aspectos e tem papel relevante no crescimento profissional dos indivíduos. Tal afirmação tem origem na compreensão de que o ser humano pensa no seu futuro e a concretização de seus objetivos inclui diretamente qual é ou será o seu trabalho, muito embora a realidade brasileira seja permeada pelo desemprego e pelas fragilidades no sistema educacional.

Olhar para a realidade brasileira implica em reconhecer de que num mundo complexo, marcado pelo avanço científico e tecnológico, porém com grandes problemas sociais e políticos, cada vez mais, o mercado de trabalho está competitivo e, para ingressar ou até mesmo manter-se no emprego, a escolarização conta muito, tendo em vista que o conhecimento promove uma preparação profissional qualificada e oportuniza o acesso ao mercado de trabalho. Em outras palavras, a escolarização se transformou em uma exigência dentro do mundo do trabalho uma vez que contribui para a formação pessoal e para o bom desempenho dentro da área profissional de atuação.

A partir das considerações apresentadas, enquanto pedagoga em formação, compreendo a educação como um processo fundamental que tem um papel transformador para o indivíduo, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional e, ao olhar para a realidade brasileira, me inquieta e me preocupam as estatísticas que tem mostrado elevado número de jovens e adultos que configuram na população que estão à margem do sistema educacional. Diante disso, essa inquietação despertou em mim o interesse em aprofundar meu conhecimento voltado à Educação de Jovens e Adultos, modalidade destinada para àqueles que não conseguiram dar a atenção devida ao estudo ao longo de sua vida, ou seja, na infância e na adolescência, tendo em vista problemas ou dificuldades de várias ordens.

Diante do exposto, como motivação para a realização do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, junto à Universidade de Caxias

do Sul, Campus da Região dos Vinhedos, defini como tema de investigação “Educação de Jovens e Adultos e o Mundo do Trabalho”.

Sobre essa temática, o módulo Educação, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 15 de julho de 2020, mostra que cresceu no país o número de pessoas de 25 anos ou mais com Ensino Médio completo, passando de 45,0% em 2016 para 47,4% em 2018 e 48,8% em 2019, porém, mesmo com esse aumento nos dados, mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram essa etapa educacional. Tais dados ratificam um dos grandes problemas históricos do nosso país que é o abandono escolar (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020, s/p).

A pesquisa acima mencionada divulgou pela primeira vez dados sobre o abandono escolar notificando “Das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da Educação Básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado.” Ainda, destaca que “Entre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%).”. De acordo com o referido levantamento, as justificativas para o abandono escolar são várias e expressam necessidades pessoais com ênfase, principalmente, na sobrevivência.

No cenário educacional no nosso país, tendo em vista os dados estatísticos acima destacados, não é surpresa a disparidade na formação da Educação Básica do povo brasileiro. Nesse sentido, considerando que com ou sem estudo, todos precisam buscar seu sustento e sobrevivência, é fato que o mercado de trabalho agrega desde o cidadão analfabeto até aquele que possui os maiores níveis de formação acadêmica e profissional.

Tais condições refletem as diferentes oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e na qualidade de vida das pessoas, tendo em vista que o trabalho se constitui em fonte de renda e, também, de realização pessoal e profissional. Os referidos argumentos são visíveis nos cenários empresariais, pois numa mesma empresa, os níveis de escolarização entre seus funcionários são os mais variados possíveis, desde Ensino Fundamental incompleto até a formação em nível de graduação e pós-graduação. Ainda, o que se acompanha no mercado de trabalho é

que, sem dúvida, as melhores oportunidades de trabalho são determinadas como resultado da formação que confere a qualificação para o exercício da função e da certificação conquistada ao longo de anos de estudo, também conhecida como formação permanente ou continuada. Tal entendimento se pauta nos avanços contínuos da ciência, da tecnologia e do conhecimento, que exige novas competências e habilidades, sendo que um diploma de nível superior deixou de ser apenas um diferencial e passou a ser necessário para a inserção em alguns cargos ou para promoções e aumento de salário na carreira profissional.

Em se tratando daqueles indivíduos que possuem incompleta a Educação Básica, é fato de que também acessam ao mundo do trabalho, porém, nessa condição enfrentam a discriminação e, não raro, a falta de oportunidades, sendo relegados, muitas vezes, a condições de trabalho até desumanas, mesmo com amparo da legislação vigente, que preconiza os direitos dos trabalhadores. Sobre este aspecto é importante referir que, frequentemente, esses indivíduos são invisíveis à sociedade, muitas vezes sendo substituídos pela automação tecnológica, fato muito comum que contribui com o aumento das filas de desempregados.

Outro aspecto marcante, são as implicações em nível pessoal ocasionadas pela falta de escolaridade, como referiu Freire (1996) quando apontou a função social do ato de ler e do quanto o acesso ao mundo letrado é necessário na formação dos cidadãos. Tanto isso é importante que, ao longo da história da educação brasileira, muitas foram as iniciativas de promover o acesso para todos à educação e para oportunizar o retorno aos estudos ou a complementação dos mesmos àqueles que ficaram à margem da escola. Sobre este ponto, cabe referir o legado de Paulo Freire (1987) que se constitui num divisor de água na elaboração de políticas públicas para a alfabetização de jovens e adultos, para a retomada dos estudos, para a inserção social, satisfação pessoal e um crescimento profissional.

A partir dos pressupostos apresentados, delimito como tema de pesquisa “A Educação de Jovens e Adultos e o Mundo do Trabalho, com enfoque na escolarização dos atuais colaboradores de uma empresa do ramo moveleiro do município de Vila Flores - RS e suas implicações no seu crescimento pessoal e profissional.”

Considerando meu interesse e indagações relacionadas ao tema exposto e por me sentir estimulada a buscar respostas às inquietações desencadeadas por diferentes estudos realizados ao longo do curso de graduação que tiveram como foco

a Educação de Jovens e Adultos, propus o desenvolvimento da referida investigação, voltando o olhar para sujeitos que não concluíram a Educação Básica, a fim de verificar os motivos para essa interrupção e/ou desistência dos estudos, bem como as consequências ocasionadas pelo abandono escolar, enquanto sujeitos em seus aspectos pessoal e profissional. Para tanto, lancei como questão norteadora do estudo *“Quais as implicações da falta da escolarização no âmbito pessoal e profissional dos sujeitos colaboradores da empresa X, localizada no município de Vila Flores-RS?”*

Olhando para a questão norteadora da pesquisa, revisei o conceito de Pedagogia e, a partir de Libâneo (2005, p. 6) “é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais.” Nesse sentido, é possível afirmar que não há sociedade sem práticas educativas e, portanto, esse processo requer profissionais preparados para a atuação da mediação dos processos educativos, nos diferentes espaços em que ocorrem.

Nessa perspectiva, o Curso de Licenciatura em Pedagogia se destina a formar profissionais qualificados para atuar em diferentes campos educativos presentes na sociedade, sejam formais ou não formais, ou seja, escolares e não escolares (LIBÂNEO, 2005). Desde o surgimento do referido curso muitas foram as mudanças em relação à formação e à atuação do pedagogo, tendo em vista a evolução do conceito de educação que refletiu nas novas organizações educativas.

Assim, de acordo com o autor acima citado, o campo de atuação dos pedagogos sofreu grandes modificações ao longo da história da educação e isso fez com que a atuação profissional dos pedagogos crescesse cada vez mais. Assim, ao longo do tempo essa profissão se expandiu para além dos ambientes escolares, em que o pedagogo era visto como o profissional que atuava apenas com a docência na infância, ultrapassando as paredes da escola, possibilitando uma atuação em múltiplos espaços educativos, exercendo diferentes funções, da docência à gestão. Nesse sentido, destaco a atuação do pedagogo na Educação de Jovens e Adultos, cujo público alvo é formado por pessoas que não concluíram a Educação Básica, também, por gerações mais velhas, refletindo uma realidade muito presente em nosso país. Sobre este aspecto, cabe o reconhecimento de que a educação é um direito de

todos os cidadãos, previsto no Art. 205 da Constituição de 1988 o qual aponta que a educação é direito de todos. Corrobora com esta ideia o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 3º em que afirma:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

De acordo com a legislação citada esses direitos são fundamentais para o desenvolvimento integral do sujeito, sendo apontada no Art. 4º do mesmo Estatuto, a educação como um direito assegurado para esse público:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Também, o Estatuto da Pessoa Idosa (2003) faz menção direito à educação para as pessoas idosas, no capítulo V, nos artigos 20 a 25, os quais incluem também a cultura, o lazer e o esporte como direito das pessoas idosas.

Perante aos aspectos citados e do cenário da educação brasileira, o estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos enquanto oportunidade que desenvolve pessoalmente e profissionalmente a pessoa é de extrema importância, tanto que se faz necessário que os próprios currículos do curso de Licenciatura em Pedagogia contemplem em sua grade disciplinas que aprofundem a essa modalidade de ensino.

Sobre este aspecto, durante a graduação em Pedagogia, por exemplo, cursei a disciplina de Educação de Jovens e Adultos que teve como objetivo oportunizar o conhecimento e a compreensão dos princípios, funções e diretrizes do ensino e metodologias próprias dessa modalidade de ensino, promovendo a formação dos futuros pedagogos para a atuação com o público da Educação de Jovens e Adultos, por meio da reconstrução da história oral individual e coletiva, a fim de promover o exercício da cidadania, articulando situações pedagógicas contextualizadas e significativas.

Também, no semestre 2022/2 na Unidade de Aprendizagem Gerações e Processos Educacionais II: jovens, adultos e envelhecimento humano, tiveram a oportunidade de ver a Educação de Jovens e Adultos de um modo diferente, a partir das certificações oportunizadas pelas novas políticas públicas, através dos Núcleos de Educação de Jovens e Adultos. Esse estudo sobre os referidos núcleos de certificação me fez refletir sobre a qualidade da aprendizagem nessa modalidade de formação, despertando-me o desejo de aprofundar os meus conhecimentos sobre a oportunidade de jovens e adultos concluírem seu processo educativo com qualidade.

Diante do exposto, justifico a relevância social dessa investigação, pois ao me debruçar sobre um grupo específico de colaboradores de uma empresa que não concluíram seus estudos da Educação Básica, através da escuta de suas narrativas e do conhecimento de suas trajetórias de vida, busquei construir conhecimentos sobre as implicações da falta da escolarização no âmbito pessoal e profissional, bem como pensar em caminhos e/ou estratégias que possam contribuir para que os referidos sujeitos possam resgatar seu lugar nesse cenário social que vivem e para sua autoestima.

Além disso, a imersão nessa realidade específica, os estudos e teorizações tecidas contribuíram para a minha formação como uma futura pedagoga, validando assim, o papel social que os educadores exercem, bem como o papel transformador da educação.

Para tanto, defini como objetivo geral investigar quais as implicações da falta da escolarização no âmbito pessoal e profissional dos sujeitos colaboradores da empresa X, localizada no município de Vila Flores – RS. E, como objetivos específicos propus: revisitar a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; aprofundar o conhecimento sobre as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos no país; analisar a Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação; levantar dados sobre o nível de escolarização da população do estado do Rio Grande do Sul; investigar qual é a escolaridade dos funcionários de uma empresa do Município de Vila Flores/RS; identificar e relacionar os motivos que ocasionaram a interrupção dos estudos dos sujeitos da pesquisa; refletir sobre as consequências do abandono escolar na vida dos sujeitos investigados; sugerir possibilidades para a retomada dos estudos dos sujeitos investigados para a continuidade do seu processo educativo; esclarecer os benefícios que a educação proporciona no contexto pessoal e

profissional, a fim de contribuir para a elevação da autoestima e do resgate da identidade enquanto cidadãos de direitos; analisar os dados coletados através das entrevistas semiestruturadas aplicadas aos participantes da investigação e sistematizar os estudos realizados através da presente monografia.

Para a realização da pesquisa se fez necessário a utilização recursos humanos, sendo esses um grupo de dez colaboradores de uma empresa do ramo moveleiro localizada no município de Vila Flores/RS que não concluíram a Educação Básica e, também, recursos materiais como computador, materiais para impressão (impressora, folhas A4, tinta), livros e revistas que compõem o acervo bibliográfico consultado. Também utilizei recursos financeiros, os quais destaco: subsídio para deslocamento até a empresa realizado com carro próprio, tanto para conversação antes de iniciar o projeto, quanto, posteriormente, na aplicação da pesquisa, bem como o custo das impressões a serem realizadas. E, por fim, como recursos virtuais, usei além do acesso à internet, os meios digitais (artigos, e-books, livros, sites, plataformas do MEC (Ministério da Educação) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e outros que se fizerem necessários para o desenvolvimento da investigação.

Toda execução do trabalho em questão foi durante os meses de agosto a novembro do corrente ano e, para melhor compreensão da investigação realizada, a monografia foi organizada em capítulos. O primeiro capítulo denominado: *Referencial Teórico* apresenta o atual contexto da Educação de Jovens e Adultos analisando essa modalidade de ensino como política pública amparada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e no Plano Nacional de Educação (2014) e o contexto da Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Sul, vinculando ao abandono escolar, além de abordar a Educação de Jovens e Adultos e o Mundo do Trabalho, destacando o abandono da Educação Básica e suas implicações no âmbito pessoal e profissional além de manifestar a Educação de Jovens e Adultos como um espaço de reflexão, de escuta, de fala e construção pessoal.

No segundo capítulo, intitulado *Referencial Metodológico* é apresentado o percurso metodológico para a realização da investigação e compreende a caracterização da pesquisa, do campo de investigação, dos sujeitos da pesquisa, bem como, o instrumento utilizado para a coleta dos dados e a técnica aplicada para a análise dos dados.

O terceiro capítulo denominado *Análise e Discussão dos Resultados: Memórias e Sonhos Vinculados à Educação* discorre sobre análise dos dados coletados mediante as entrevistas semiestruturadas aplicadas aos sujeitos participantes da pesquisa da qual emergiram três blocos de análise intitulados: “Educação: direito de todos, privilégio apenas de alguns”, o qual aborda a educação como direito de todos, porém que nem sempre é respeitado; “Escolaridade e Oportunidades Profissionais” que apresenta a escolaridade como forma de acesso a melhores oportunidades no campo do trabalho e “Recomeçar sempre é uma opção: a Educação de Jovens e Adultos”, que discorre sobre modalidades para a retomada dos estudos para a conclusão da Educação Básica.

Na sequência do texto são apresentadas as *Considerações Finais*, em que apresento minhas reflexões acerca do tema abordado e os conhecimentos elaborados a partir da investigação realizada. Por fim, encerro a presente monografia listando as *Referências* utilizadas como aporte teórico para a elaboração do trabalho e apresentando o *Apêndice*, sendo esse, o instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa descrita neste texto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ATUAL CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1.1 A Educação de Jovens e Adultos como política pública

O acesso à educação, no Brasil, foi permeado por muitos problemas e, ao longo do tempo, apesar de avanços significativos, as estatísticas revelam que esse processo formativo ainda não está ao alcance de todos os brasileiros, fato que reflete a fragilidade de um sistema político e econômico, que nem sempre atende aos cidadãos com equidade (FREITAG, 1980).

Assim, a educação brasileira, desde o início de sua história, foi vista como uma regalia somente para uma elite dominante, deixando os demais cidadãos sem o direito ao processo educativo. Dessa forma, muitos brasileiros ficaram à margem do sistema escolar o que gerou uma população de analfabetos, que mais que não saber ler e escrever, não foram respeitados no seu direito à educação (VASQUES; ANJOS; SOUZA, 2019, s/p).

A falta dos investimentos em educação e as crises políticas de 1964 descortinaram um cenário de um vazio cultural e de letramento para as classes populares (CUNHA; XAVIER, 2009).

Ainda de acordo com Cunha e Xavier (2009) a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, promulgada pelo Ministério da Educação, criou uma fundação de direito público com o nome de Movimento Brasileiro de Alfabetização, com a ambiciosa meta de alfabetizar 11,4 milhões de adultos até 1971, objetivando a eliminação total do analfabetismo no país até 1975. De acordo com os referidos autores (2009, s/p):

O objetivo prioritário inicial do Mobral era o de alfabetizar a população urbana iletrada de 15 a 35 anos. Mas, a partir de 1974, voltou-se, também, para os jovens de nove a 14 anos. A concentração de esforços na primeira faixa etária fora justificada pela sua importância produtiva e, na segunda, pela necessidade de aliviar a primeira série do ensino regular de primeiro grau, congestionada por excesso de alunos novos e repetentes.

Considerando que o Movimento Brasileiro de Alfabetização não foi capaz de suprir as lacunas e carências da alfabetização em nosso país, e a cada ano, a

exclusão escolar crescia, no ano de 1971, a Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, sancionada pelo Ministério da Educação, fixou as Diretrizes e Bases para o então ensino de 1º e 2º Graus, e no Capítulo IV, normatizou o Ensino Supletivo, estabelecendo no seu Artigo 24:

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

De acordo com a referida lei em seu Art. 25, o Ensino Supletivo deveria contemplar a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos. Os estudos supletivos a serem oportunizados, deveriam se ajustar em estrutura, duração e regime escolar ao tipo especial de aluno a que se destinavam.

Quanto ao desenvolvimento dos estudos, a legislação da época preconizava que as aulas deveriam ser ministradas em classes presenciais ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos. A exigência para cursar o Ensino Supletivo, normatizada em lei, era de 18 anos para a conclusão do ensino de 1º grau e 21 anos para a conclusão do ensino de 2º grau (nomenclatura dos níveis de ensino anteriores a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96). Os currículos desta modalidade de ensino deviam estar em consonância com as propostas educacionais vigentes e o cumprimento dos objetivos estabelecidos no currículo dava direito ao prosseguimento aos estudos com certificação própria pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Em um cenário de um grande número de pessoas excluídas do sistema educacional devido a vários fatores, o Ensino Supletivo trouxe a retomada da oportunidade de estudo para as pessoas que, de certa forma, eram invisíveis à sociedade, devido à falta de instrução.

Cabe destacar que antes de 1988 o Brasil, principalmente por estar sob domínio do regime militar, não acatava as resoluções dos tratados e as convenções internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) que clamavam pela igualdade de oportunidade e direitos humanos para todas as pessoas. Dessa forma, somente a partir da Constituição de 1988 o Brasil assume as obrigações decorrentes desses tratados e convenções e passa a reconhecer a educação como direito de todos conforme o Artigo 205 da referida Constituição:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, a Constituição Federal de 1988, também chamada Constituição Cidadã marcou o início de um novo ciclo na educação brasileira, pois além de determinar a obrigatoriedade da educação para todos, estabelece como responsável e garantidor desse direito o Estado, como define o artigo 208:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Partindo da compreensão de que a educação é direito de todos, ninguém pode ser excluído dos benefícios desse direito e, sendo dever do estado, os órgãos federais devem constituir leis, normas, regulamentos e políticas públicas efetivamente para a oferta da educação como defende a Constituição.

Foram muitos projetos, campanhas, programas e movimentos desenvolvidos ao longo do tempo para que ocorresse o fim do analfabetismo no país, porém, somente nas últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem sendo vista como uma importante modalidade de ensino, que pode mobilizar o processo educativo dos sujeitos de forma integral. Logo, enquanto parte integrante das políticas públicas de educação, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser mencionada na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), na Seção V está regulamentada a Educação de Jovens e Adultos (nova denominação e política pública que vem substituir o antigo Ensino Supletivo/71), trazendo de forma específica em seu Art. 37 a quem essa educação é destinada: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.” O referido artigo destaca ainda que:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Assim, dentre as obrigações do poder público na oferta da Educação de Jovens e Adultos, há uma preocupação quanto ao estudante que também é trabalhador, sendo esse aspecto, mencionado no § 2º, do artigo acima referido. Por sua vez, a Consolidação das Leis do Trabalho preconiza que:

Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos.

Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Nesse viés, mesmo que a legislação, mais especificamente, a Consolidação das Leis do Trabalho 5452/43 só permita o trabalho, legalmente, a partir de 16 anos de idade, no Brasil o trabalho começa, relativamente, de forma precoce e isso coloca uma ênfase na oferta no ensino noturno, principalmente, para esse público, conforme prevê também no Art. 208 da Constituição Federal no item VI o qual aponta como um dever do estado a “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”.

Muito embora a legislação vigente determine que o ensino é direito de todos, segundo Puente (2021, s/p) “Cerca de 244 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estão fora das escolas no Brasil.” De acordo com o referido autor (idem), esse

índice é decorrente de um levantamento da organização Todos Pela Educação, com dados de 2021, que registrou um crescimento de 171,1% na evasão escolar em relação a 2019.

Diante do cenário de fragilidades e dificuldades de acesso e de alto índice de abandono escolar, o Plano Nacional de Educação (2014 – 2024, prorrogado até 2034), na Meta 10 almeja atender, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional, como forma de combater a defasagem do acesso e da permanência à educação. Para isso é necessário pensar e incentivar políticas públicas que apostem na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, assim, promovendo o acesso à escola, enquanto uma forma de diminuir o índice de analfabetismo e pobreza intelectual. Além disso, esse acesso a essa modalidade de ensino é uma oportunidade de qualificação para o trabalho, além de que promove a melhora da autoestima e da condição social dos indivíduos como consta no documento Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação (2014, p. 37) elaborado pelo Ministério da Educação:

O atendimento do que a meta prevê dependerá não só da superação de um problema crucial na educação brasileira, qual seja sanar a dívida histórica que o País tem com um número grande de pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa, como também impedir que este tipo de exclusão continue se repetindo ao longo do tempo.

Nesse sentido, Haddad (2007) pontua que a política de municipalização das responsabilidades no que tange aos primeiros anos do Ensino Fundamental vem crescendo cada vez mais, entretanto os recursos necessários nem sempre tem sido suficiente, principalmente para a EJA, que em algumas realidades é praticamente inexistente, ou a forma como é oferecida é pouco atrativa ou apresenta entraves que inviabilizam a sua procura por parte do adulto não escolarizado.

Assim, pensar a Educação de Jovens e Adultos como uma política pública educacional, é reconhecer esta modalidade de ensino como uma importante oportunidade para os sujeitos que, ao longo de sua vida, não tiveram a possibilidade de concluir a escolaridade básica, se constituindo em caminhos para o acesso ao conhecimento enquanto condição para uma melhor. E, por consequência, a elevação do nível intelectual e social dos indivíduos contribui para o desenvolvimento das

comunidades em que estão inseridos e do país como um todo (FREIRE, 1996). Sobre este aspecto, cabe destacar que, em nosso país, o acesso à educação, não só para esse público, mas de um modo geral, ainda não é de acesso a todos, principalmente em locais de maior vulnerabilidade social e econômica, sendo esse, talvez, um dos maiores desafios para a educação brasileira.

2.1.2 O contexto da Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Sul: o abandono escolar

Revisitar a História da Educação Brasileira me mobilizou a refletir sobre as fragilidades e dificuldades vivenciadas na construção de uma proposta educativa em nosso país. É fato que o nosso país é jovem, tem uma história construída a partir do domínio europeu, em especial da Coroa Portuguesa (FREITAG, 1980) e de ações que destruíram a cultura nativa com o discurso da colonização e do desenvolvimento do povo brasileiro.

Diante disso, em se tratando do processo educacional, muitas lacunas surgidas no passado se estendem até os dias atuais, muito embora tenham ocorrido alguns avanços nos últimos anos. Assim, a exclusão escolar, a falta de acesso e os investimentos em educação muito escassos, levaram a um cenário de falta de formação e qualificação dos cidadãos brasileiros.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada no ano 2011 e 2012 teve como um dos objetivos atualizar os dados sobre analfabetismo no Estado do Rio Grande do Sul, os quais foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Demográfico de 2010. Tal pesquisa recalculou a estatística para aproximadamente 370 mil pessoas não alfabetizadas no território gaúcho no ano de 2012. Nos referidos dados, verifica-se, ainda, que deste total de analfabetos, 351 mil estão na faixa etária acima de 30 anos, representando uma concentração de 94,9% (LOSADA, s/d, p. 27).

Com relação ao número de matrículas para a Educação Básica, conforme o Resumo Técnico do Censo Escolar (2021, p. 16), no ano de 2021, foi registrado 46,7 milhões de matrículas nas escolas de Educação Básica no Brasil, porém, em comparação com 2020, houve cerca de 627 mil matrículas a menos, correspondendo

assim, uma redução de 1,3% no total de matrículas no estado do Rio Grande do Sul. Dados esses, possíveis de serem visualizados através do Gráfico 01.

Gráfico 01 – Número de Matrículas na Educação Básica RS



GRÁFICO 1

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2017-2021

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica

Tendo em vista a Educação de Jovens e Adultos, o mesmo Censo Escolar acima referido, afirma que o número de matrículas dessa modalidade também diminuiu, apresentando uma redução de 1,3%, conforme aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 02 – Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos

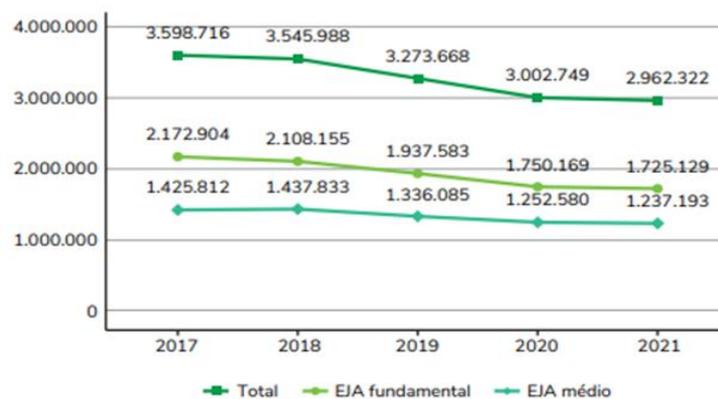


GRÁFICO 19

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – BRASIL – 2017-2021

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica

Com a queda dos percentuais quanto às matrículas para ingresso na Educação de Jovens e Adultos e os altos índices de abandono escolar dessa modalidade, é, de

fato, extremamente importante fazer o reconhecimento do perfil dos jovens e adultos que se encontram fora do sistema escolar para que, assim, seja feita uma reconfiguração das propostas e da escola, de modo geral, para o atendimento desse público específico. Indivíduos esses, que possivelmente, necessitam de qualificação para inserção no mercado de trabalho ou uma qualificação para o mesmo, além de uma formação pessoal.

Nesse sentido, como aponta o Plano Nacional de Educação (2014-2024), na Meta 10, é importante ofertar a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional. Porém, conforme aponta o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2021, p.88), o País está distante de cumprir essa meta, pois do total de matrículas de EJA no Brasil, apenas 1,8% era integrada à Educação Profissional. Cerca de 0,5% das matrículas de EJA de Ensino Fundamental era integrada à Educação Profissional, enquanto o percentual era de 3,6% para a EJA de Nível Médio.

Diante dessa visão mais ampla, tendo em vista o foco da pesquisa, faço um recorte da realidade do estado do Rio Grande do Sul citando:

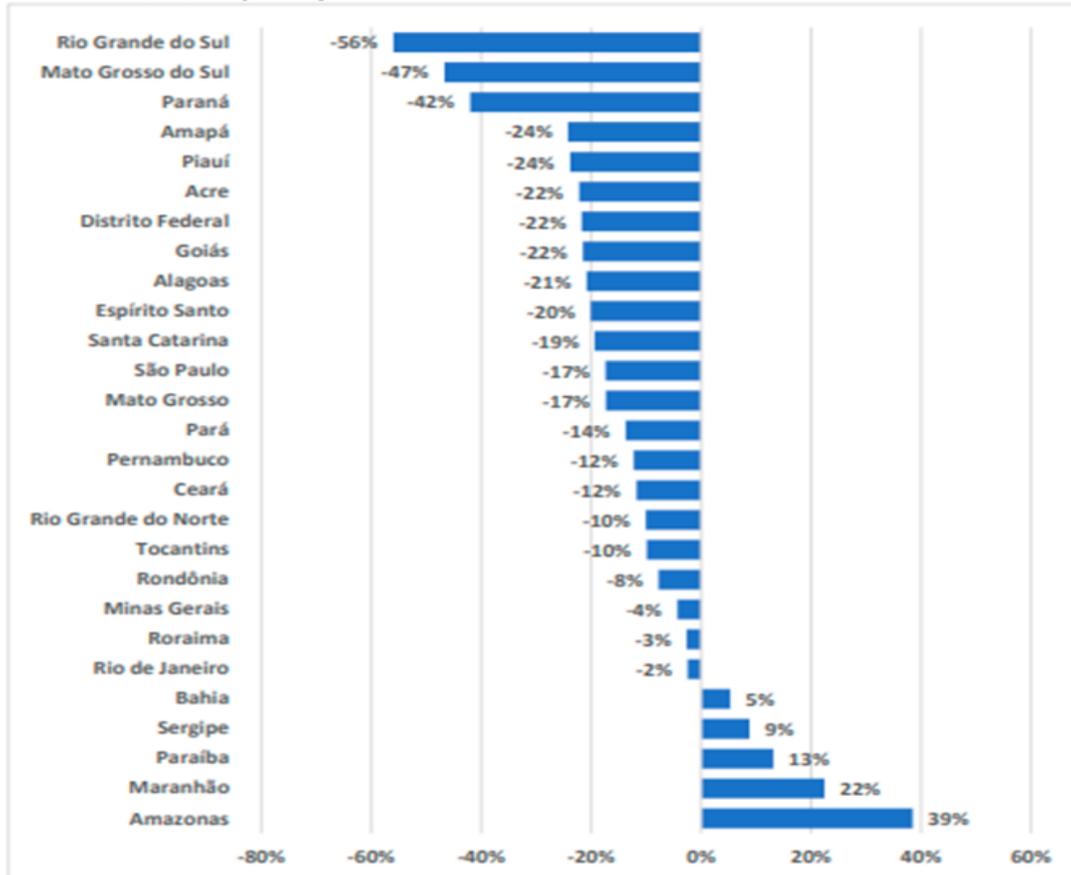
O Rio Grande do Sul é o estado que registrou maior queda no número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) desde 2019, com extinção de 40 mil inscrições, o que corresponde a uma redução de -56% (CPERS, 2022, s/p).

Tendo como base o ano de 2019, o qual deu início a diminuição de número de matrículas para a modalidade de EJA, é possível vincular esse acontecimento a pandemia Covid-19 que iniciou no Brasil e no mundo no fim do ano em questão, (AGÊNCIA BRASIL, 2021, s/p), a qual afetou não somente a educação, mas também a economia, a vida social e a vida profissional da população. Na educação, a pandemia não só acarretou na redução de matrículas da EJA como em toda a rede básica de ensino.

Conforme apresentado no Gráfico 03, o estado do Rio Grande do Sul assume o primeiro lugar, registrando uma grande diminuição no número de matrículas e isso gera uma grande preocupação quanto à oferta dessa modalidade de ensino no estado.

Gráfico 03 – Variação (%) no número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos

Gráfico 1 – Variação (%) no número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas redes estaduais de ensino Estados brasileiros, 2021/2019



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2019, 2020 e 2021 | Elaboração: Dieese

A mesma a matéria apresentada pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS, 2022, s/p), faz menção de que, no ano de 2019, o estado do Rio Grande do Sul contava para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos mais de 71 mil matrículas e em 2020, esse percentual teve uma queda 40,9%, ou seja, menos 42 mil matrículas. Em 2021, mais uma queda de 25,6% ocorreu, tendo assim uma diminuição de 31 mil matrículas em relação a 2020. Esse levantamento é referente a Educação de Jovens e Adultos de forma geral, não havendo especificação dos números para Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Trazendo a realidade da Educação de Jovens e Adultos dentro do município de Vila Flores/RS, destaco que essa modalidade de ensino não é mais ofertada no município desde 2020. As aulas para o referido público eram ministradas no Colégio Estadual Dosolina Boff e, a última turma concluinte da Educação de Jovens e Adultos,

foi no ano 2019. Atualmente, os interessados a participarem da Educação de Jovens e Adultos devem se deslocar até os municípios vizinhos, o que gera uma desmotivação ainda maior para a retomada e conclusão dos estudos, segundo o que apontam os gestores públicos.

Diante do exposto, sobre o foco desta seção que tratou sobre o contexto da Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Sul quanto ao abandono escolar é real a diminuição significativa de matrículas realizadas em comparação com os anos anteriores para a inserção dos indivíduos na Educação Básica e na modalidade de Educação para Jovens e Adultos. Por outro lado, também, é crescente o aumento dos índices da evasão escolar de jovens e adultos das escolas públicas, além do alto número de gaúchos analfabetos.

Para Losada (s/d, p. 30) se faz necessário avançar em algumas políticas públicas educacionais que colaborarão para a melhoria da educação no estado, tais como:

[...] acesso para todos na Educação Básica Regular na faixa etária de 4 a 17 anos, com garantia da escolarização na idade certa; correção de fluxo escolar com sucesso no processo de aprendizagem; implantação de campanhas de alfabetização para atingir os que estão fora do sistema escolar há algum tempo.

Logo, sem mudanças, é cada vez mais preocupante a situação que a Educação de Jovens e Adultos no estado vem enfrentando, tornando ainda mais importante, visitar as políticas públicas, visando uma melhora para o bom desenvolvimento da educação, seja ela básica, ou na Educação de Jovens e adultos.

2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO

2.2.1 Abandono da Educação Básica e suas implicações no âmbito pessoal e profissional

O abandono e a evasão escolar são dois grandes problemas vinculados à educação de nosso país. De acordo com Silva Filho e Araújo (2017, apud SILVA *et al*, 2020, p.1011), os termos citados, embora muito parecidos tem conceituação distinta:

Há uma distinção entre os conceitos de abandono escolar e evasão escolar, o primeiro é conceituado como um desligamento temporário e retorno nos próximos anos letivos e o segundo trata da situação em que o aluno deixa o ambiente escolar em definitivo.

Essa diferença entre evasão e abandono escolar também é empregada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998), apontando o abandono escolar como o desligamento da escola por parte do aluno, com retorno nos anos seguintes. Já a evasão escolar é entendida como o movimento do aluno que se retira da escola e não volta mais para concluir o processo escolar (SILVA FILHO e ARAÚJO, 2017, p.37).

De acordo com o Instituto Unibanco (2022, s/p), “Por trás de situações de infrequência, abandono e evasão escolar, existem motivações diversas, desde gravidez, falta de conexão dos conteúdos com os interesses dos estudantes, necessidade imediata de geração de renda, entre outros.”

Infelizmente é difícil, para muitas pessoas, conseguir conciliar o emprego e a escola, porém, de modo a favorecer o desenvolvimento pessoal e o profissional, é preciso o entendimento que ambos se complementam. Ou seja, olhar para o mercado de trabalho permite concluir que, quando se tem um nível maior de escolarização, são melhores as oportunidades de emprego e de salário. Tal aspecto é pontuado por Tokarnia em uma matéria publicada em 2020, pela Agência Brasil, em que destacou a afirmativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo Agropecuário 2017:

É importante ressaltar que elevar a instrução e a qualificação dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do país. Além disso, especialmente em um contexto econômico desfavorável, elevar a escolaridade dos jovens e ampliar sua qualificação pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, reduzir empregos de baixa qualidade e a alta rotatividade.

Em relação aos dados apresentados é relevante salientar que diante de tantos motivos que levam os jovens e adultos a abandonarem os estudos, os índices chegam a ser preocupantes, pois, de fato, o abandono escolar está sendo um fato recorrente diante da educação brasileira e tem reflexos na constituição pessoal e profissional como acima apresentado.

Com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgados em maio de 2022 e que integram os resultados finais da segunda etapa do Censo Escolar da Educação Básica 2021, Carvalho (2022) destaca que a taxa de abandono escolar no Ensino Médio na rede pública do ensino do Rio Grande do Sul teve um significativo aumento. Em 2020, o percentual de estudantes que abandonaram instituições foi de 2,3%, enquanto que, em 2021, a taxa foi de 5,6%.

Se tratando da Covid-19 que assolou nossa vida de maneira inesperada, de acordo com a pesquisa C6 Bank/Datafolha realizada em 2021(s/p), “As dificuldades impostas pela pandemia fizeram com que 4 milhões de estudantes brasileiros, com idades entre 6 e 34 anos, abandonassem os estudos no ano passado. Com isso, a taxa de abandono escolar chegou a 8,4% em 2020.” Assim, principalmente, em decorrência da pandemia da Covid-19 enfrentada com maior ênfase nos anos anteriores, o índice de abandono ou de evasão escolar se elevou, visto que na mesma pesquisa é destacado que entre os que pararam de estudar em 2020, 17,4% não tinha intenção de voltar em 2021.

Conforme afirma Bissaro *et al.* (2021, p.12) “quando um jovem ou um adulto saem da escola, eles perdem, porém, toda a sociedade sai perdendo, pois, as conquistas dos direitos sociais vão se esmaecendo, perdendo a força e conseqüentemente, comprometendo a cidadania estabelecida.”

Pontarolo (2008, p.3) afirma que a evasão escolar pode ocorrer, também, devido ao sentimento de incapacidade, de frustração, de reprovação sentidas pelos sujeitos e as conseqüências disso no âmbito pessoal, são marcantes:

O aluno que fracassa na escola tende a ter uma baixa expectativa de sucesso, pouca persistência na realização das tarefas e ainda uma baixa autoestima; conseqüentemente, tem pouca motivação e nutre sentimentos negativos em relação à escola, às tarefas e em relação a si próprio.

Corroborando com o autor acima citado Azevedo (2006, p.4 apud Bissaro *et al.* 2021, p. 12) que enfatiza que as frustrações em relação à escola implicam em outras exclusões e falta de oportunidades para a vida pessoal e profissional afirmando:

[...] a baixa autoestima destes jovens e adultos é um dos pontos mais negativos na história de vida de cada um. A escola, para muitos, não tem

sentido, pois já sofrem muito e se sentem excluídos da sociedade, sem perspectivas de vida futura. Alguns se tornam dependentes de drogas ou comerciantes deste produto para sobreviver e terminam na marginalidade ou no mundo do crime; outros abandonam a escola e buscam trabalho para sobreviver de forma digna.

Diante disso, a falta de escolaridade acaba sendo um empecilho na busca de emprego. A não conclusão dos estudos para a entrada no mercado do trabalho é um processo desafiador, além de que, sem qualificação esses sujeitos podem acabar exercendo trabalhos informais, com baixa remuneração, podendo até se submeter a situações precarizadas, elevando assim, ainda mais a desigualdade social que é uma questão bem presente em nosso país.

Comprova essa ideia Martinez e Peric (2009, p.10) ao discorrerem que “A formação escolar é uma exigência no mercado de trabalho do século XXI, devido às certificações de qualidade que as empresas necessitam para manter-se no mercado globalizado, que está cada vez mais competitivo.” Concorda com as referidas autoras Costa (2000, p.33) quando afirma:

A escolarização representa, hoje, um dos processos seletivos da sociedade, ou seja, os indivíduos que têm acesso às instituições educacionais tendem a ingressar em melhores empregos, e a terem uma melhor posição hierárquica na sociedade, conseqüentemente terão um melhor padrão de vida.

De acordo com o que foi apresentado, o abandono da Educação Básica se torna uma grande perda para vida pessoal e profissional de cada sujeito, uma vez que, muitas vezes, a escolarização e, principalmente, o nível de escolaridade se constitui num diferencial para os sujeitos em relação aos demais não escolarizados. A Educação de Jovens e Adultos é uma nova oportunidade e com uma grande função de diminuir os impactos em nível pessoal e profissional causados pela abdicação dos estudos.

2.2.2 Educação de Jovens e Adultos: espaço de reflexão, de escuta, de fala e construção pessoal

Falar sobre educação remete a pensar em vários aspectos que se entrelaçam nesse processo, sendo que um deles é a educação inclusiva. Uma das primeiras concepções que emergem é a inclusão de pessoas com deficiência. Porém, o

aprofundamento desses apontamentos gerados através da definição da exclusão, permite a compreensão do que aponta Dantas (2019, p.32):

Em nosso país, os excluídos são todos os pobres, analfabetos, desempregados, sem uma profissão definida, com baixo nível de escolarização, os “sem terra”, sem teto, sem acesso aos bens culturais produzidos por todos...esse processo de exclusão também envolve questões de gênero, de raça, de classe, de credo ou religião.

Assim, também são excluídos da sociedade os jovens e adultos não escolarizados que, por diversas vezes, em seu cotidiano, sofrem com essa exclusão. Porém, todos os cidadãos são sujeitos de direitos, assim todos devem ter seus direitos à educação respeitados e assegurados, não só nos documentos, mas sim, na prática, de forma concreta.

Matuoka, em uma reportagem do Centro de Referência em Educação Integral publicada em 2018 (s/p) enfatiza que:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser vista como o ápice do retrato das desigualdades sociais e econômicas do Brasil. Isto porque congrega em si duas faces: as fragilidades de uma escola excludente diante da diversidade e, no outro extremo, o direito de aprender independentemente da idade. Com isso, carrega também a responsabilidade de não excluir estas pessoas uma vez mais.

Nesse aspecto, a Educação de Jovens e Adultos exerce um importante papel que é o de inserir no processo educacional e sociedade esses indivíduos, respeitando-os e reconhecendo-os como seres que possuem uma bagagem repleta de experiências e memórias que formam a história de cada um e que tudo isso os torna únicos.

Diante disso, é evidente a necessidade de formar professores para atuação nessa modalidade de ensino, para que esses profissionais tenham uma formação mais aprofundada para trabalhar com essa parcela da população. Dantas (2019) afirma que o desafio é redobrado considerando-se as nuances deficitárias, as dificuldades, a discriminação, os problemas sociais que circundam este segmento educacional. Assim, cabe ao professor estar preparado e qualificado para contribuir na superação dos desafios emergentes na sua atuação como docente na Educação de Jovens e Adultos.

Sobre a formação do professor para a atuação na Educação de Jovens e Adultos, o Parecer 11/2000 da Câmara de Educação Básica (CEB), aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e pontua:

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer[...] (BRASIL, 2000, p.56).

Nesse aspecto, a formação desse profissional é fundamental para que o professor consiga compreender sua importante função, além de ser uma forma de preparação para docência voltada a um cenário complexo e exigente. Assim, o professor deve estar em constante aprendizagem, pois é essa vontade de aprender que gera o desejo de ensinar, tornando-se assim um profissional com comprometimento e competência. Dessa forma a Educação de Jovens e Adultos requer ações pedagógicas específicas e que sejam diferentes das que são levadas para as etapas da Educação Básica. Assim, a formação continuada do professor contribui com propostas significativas para desencadear aprendizagens contextualizadas com a realidade e que, além de tudo, sirvam de estímulo para os alunos que fazem parte deste público específico da EJA (FREIRE, 1996).

Sobre a docência na educação de Jovens e Adultos, Junior (2018, p. 64) afirma que ensinar exige muito do educador e destaca:

Se parmos para pensar, antes de, de fato, ensinarmos, precisamos conhecer nossos alunos, sua realidade. Assim como o método criado por Paulo Freire em que tinha como objetivo “promover a capacidade de ler a realidade e de agir para transformá-la, afinal, a educação não poderia se dar alheia ao contexto do educando, nem o conhecimento poderia ser construído ignorando-se o saber dos alunos.

Segundo Freire (1996, p.15), “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, e enfatiza ainda que o professor e a escola como um todo têm o dever, não só de respeitar os saberes de cada educando, mas também discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Dessa forma, cada indivíduo tem seus conhecimentos e, de acordo com o modo de vida de cada um, é compreensível que possuem suas especificidades, suas dificuldades, seus propósitos e tudo isso os torna indivíduos singulares dentro da sociedade, papel esse também ensinado pela Educação de Jovens e Adultos, que consiste em aprender a conviver. Corroborando com essa visão o autor Barbosa (2018), quando reitera:

Pensamos que o direito a aprender a conviver é algo fundamental e somente pode ser aprendido na vivência coletiva e diversificada da escola. Conviver com os outros traz em si a possibilidade de aprender a conhecer-se, pois evidencia a alteridade e garante a constituição do sujeito como um ser social. [...], aprendendo a participar de grupos diferentes, tendo a possibilidade de expressar suas impressões, sentimentos, ideias, etc. (BARBOSA, 2018, p. 10 apud SANCHES et al, 2021, p.49).

Neste cenário, o espaço da Educação de Jovens e Adultos se torna um lugar de escuta, de oportunidades, de reconhecimento, de valorização, de redescobrimto e tudo isso faz com que seja um importante propulsor para a construção e formação desses sujeitos.

É na escola, como um todo, que são oportunizados encontros a partir dos “saberes socialmente construídos na prática comunitária” (FREIRE, 1996, p. 15), além de estimular discussões em que os alunos possam “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante [...]” (Idem, 1996, p. 18) criando uma identidade cultural.

Além disso, há uma rica troca que ocorre nesses espaços, seja entre alunos ou, principalmente, entre professores e alunos. Como afirmou Freire (1996, p.25) “Não há docência sem discência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”.

Essas trocas e interações tornam o estudante um agente participativo em seu processo de desenvolvimento, protagonista de sua própria história. Nesse mesmo sentido, Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1987, p.39) afirma que: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Dito isso, a troca de conhecimento entre as partes vinculadas ao desejo de ensinar e aprender do professor e do aluno gera um processo de ensino

aprendizagem, o qual promove um desenvolvimento de ambas as partes, de forma significativa em que educador e educando crescem e se transformam mutuamente.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa está inserida no paradigma construtivista, como refere Gil (2008, p. 24): “[...] pode-se, de forma simplificada, definir construtivismo como uma postura que defende o papel ativo do sujeito em sua relação com o objeto de conhecimento e a construção da realidade”. Diante disso, a pesquisa é de natureza aplicada, de campo, de cunho qualitativo e caráter exploratório quanto aos seus objetivos, tendo em vista um estudo aprofundado dos conhecimentos a respeito do assunto (GIL, 2008).

Sendo uma pesquisa de campo, adotará como procedimento o Estudo de Caso, considerando que:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (GIL, 2008, p. 57-58).

Dessa forma, o percurso metodológico escolhido consiste em analisar um grupo específico de pessoas e, assim, poder coletar os dados permitindo assim uma apropriação mais significativa do assunto em questão, proporcionando um estudo mais profundo e informações mais concretas sobre os motivos que ocasionaram a interrupção escolar e se existe o interesse nesta retomada, a fim de dar respostas ao problema de investigação.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

O campo de investigação para a referida pesquisa será uma empresa que trabalha com componentes e persianas para esquadrias, além de perfis para indústria moveleira e construção civil, localizada no município de Vila Flores/RS.

De acordo com informações da gerência de Recursos Humanos, a empresa foi fundada em 1988 e até hoje destaca-se pela qualidade dos produtos e serviços prestados, sendo referência no ramo em que atua. Hoje conta com mais de 300

funcionários, os quais possuem grande importância para que a empresa escreva a sua história. Ressaltando a valorização de cada colaborador, para o fundador da empresa “Uma fábrica é feita mais por pessoas do que pelas máquinas... Integrar, formar, engrenar esse conjunto de pessoas, esse é o maior desafio... essa é a razão do nosso crescimento.”

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para a coleta de informações, a pesquisa foi realizada com um grupo de dez colaboradores da empresa acima mencionada, os quais não apresentam o nível básico de escolaridade concluído.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram escolhidos intencionalmente a fim de que a escuta dos mesmos pudesse fornecer subsídios para desenvolver a investigação e tecer conhecimentos sobre a temática sobre a qual me debruço. Para fins de preservação de sigilo e ética, as participantes da pesquisa serão identificadas por números.

O quadro abaixo apresenta informações quanto à caracterização dos sujeitos da pesquisa coletas na entrevista semiestruturada aplicada aos mesmos.

Quadro 01 - Caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa

	Escolaridade	Idade	Gênero	Tempo de Empresa	Setor
1	Ensino Fundamental Incompleto	25	Feminino	1 ano	Extrusão
2	Ensino Médio Incompleto	26	Masculino	7 anos e 11 meses	Motorista
3	Ensino Médio Incompleto	36	Feminino	10 anos e 1 mês	Montagem
4	Ensino Fundamental Incompleto	37	Feminino	5 meses	Pintura
5	Ensino Fundamental Incompleto	40	Feminino	7 anos	Aux. De Limpeza
6	Ensino Fundamental Incompleto	46	Feminino	20 anos	Embalagem
7	Ensino Fundamental Incompleto	46	Masculino	25 anos	Usinagem
8	Ensino Fundamental Incompleto	46	Feminino	14 anos	Jateamento
9	Ensino Fundamental Incompleto	52	Masculino	3 anos e 3 meses	Embalagem
10	Ensino Médio Incompleto	53	Feminino	9 meses	Enganchamento

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E DA TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos sujeitos da pesquisa (Apêndice 01) tendo em vista a riqueza de narrativas que podem ser identificadas através das mesmas. Para Gil (2008, p.113) “A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número.”

Diante disso, a aplicação de entrevistas semiestruturadas aos colaboradores da empresa X oportunizou investigar os aspectos relevantes na vida dos colaboradores participantes da pesquisa relacionados ao abandono escolar, suas causas e consequências na sua vida.

Os dados coletados foram analisados pela técnica de análise textual discursiva que, de acordo com Moraes (2003, p 202) “pode ser caracterizada como uma metodologia na qual, a partir de um conjunto de textos ou documentos, produz-se um metatexto, descrevendo e interpretando sentidos e significados que o analista constrói ou elabora a partir do referido *corpus*.”

Assim, as respostas dadas pelos participantes da pesquisa foram verificadas mediante a análise vertical e horizontal, sendo que, de acordo com a técnica de análise discursiva (MORAES, 2003), a primeira compreende em analisar as respostas de cada participante, buscando interpretar as mensagens contidas em cada narrativa. Após, várias leituras das respostas individuais, foi realizada a análise horizontal que compreende o agrupamento das respostas de cada questão de entrevista com conteúdo semelhante. Através da análise horizontal, em que foi realizada uma análise profunda de cada resposta e seus sentidos, surgiram os blocos de análise os quais foram denominados como: Educação: direito de todos, privilégio apenas para alguns; Escolaridade e oportunidades profissionais e Recomeçar sempre é uma opção: a Educação de Jovens e Adultos, os quais compõem a análise e discussão dos resultados da investigação.

Assim, a imersão nas respostas dos participantes para a realização da análise textual discursiva permitiu a compreensão da mensagem contida nas suas narrativas o que contribuiu para o alcance dos objetivos da pesquisa e para dar respostas à

questão norteadora da investigação. Esclareço que as respostas às questões foram transcritas sem correção gramatical ou ortográfica.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: MEMÓRIAS E SONHOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO

4.1 EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS, PRIVILÉGIO APENAS PARA ALGUNS

Atualmente, muito se discute que a educação é um direito do ser humano conforme destaca o Art. 6º da Constituição Federal (1988) quando informa que são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância e a assistência aos desamparados. A referida Constituição (1988) ainda postula no Art. 205 que a educação é direito de todos, de modo que o acesso à Educação Básica é obrigatório, sendo esta pública e gratuita.

De acordo com a legislação vigente, no Brasil, nas últimas décadas, houve grandes avanços na promoção do acesso à educação. Conforme a Lei nº 12.796/2013, em seu Art. 4º, a Educação Básica é obrigatória e gratuita e contempla dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, cabendo assim, conforme aponta o MEC, as redes municipais e estaduais de ensino a adequação para acolher alunos de 4 a 17 anos. Porém, a realidade da educação brasileira nem sempre foi assim. Nos tempos passados, essa obrigatoriedade era inexistente. Nos primeiros anos de nosso país a educação era vista como desnecessária, devido haver muito serviço braçal na época, sendo essa uma regalia somente para a elite (VASQUES; ANJOS; SOUZA, 2019, s/p).

Dessa forma, hoje presenciamos o alto nível de analfabetismo do país, que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua de 2019, do IBGE, são 11 milhões de brasileiros analfabetos (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020, s/p), além de observarmos o baixo nível de escolaridade de boa parte da população brasileira cujos reflexos estão muito presentes desde as oportunidades para o acesso ao mundo do trabalho bem como, ao nível pessoal, influenciando na própria subjetividade e autoestima dos sujeitos que se situam nessas condições. Num Brasil diverso e plural, marcado por uma história em que a educação foi, na sua origem, elitizante e privilégio para poucos, ainda podemos acompanhar muitas pessoas que carregam marcas dessa falta de escolarização.

4.1.1 Sonhos interrompidos: dificuldades, motivos e sentimentos

Considerando os aspectos apresentados na seção anterior, como primeira questão, os participantes da pesquisa responderam ao seguinte questionamento: Questão N° “2.1. *Convido você lembrar sua vida escolar. Ao longo de sua infância e adolescência você encontrou dificuldades em relação aos estudos? Em caso afirmativo, qual(is) a(s) principal(is) dificuldade(s) que você enfrentou durante o período que você frequentou a escola?*”. Destaco as respostas do Colaborador 5 que assim se manifestou: “Sim. Não tinha transporte pra se deslocar até a escola, era longe, quando chovia ficava difícil.” e do Colaborador 6 que afirmou “Sim. Ir a pé, quando chovia tinha que ir pé descalço, pois não tinha calçado pra colocar.”. Sobre este aspecto, uma pesquisa realizada em novembro de 2003 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC) aponta que em 218 municípios de 19 estados, a dificuldade do transporte escolar é uma das principais causas da evasão escolar, dessa forma, 23 mil estudantes podem estar fora da sala de aula por falta de transporte.

As respostas reiteram que um dos pontos que intensificou o abandono escolar dos entrevistados foram as dificuldades de acesso e permanência enfrentadas ao longo do período escolar. E, também, deixam evidente que, assim como o acesso à escola era difícil, sem meio de transporte, as condições também eram precárias por parte de algumas famílias. Infelizmente, conforme mostra a pesquisa, tal realidade é ainda recorrente e continua sendo uma das causas do abandono escolar, entretanto em meio a toda essa realidade, ainda se verifica a constante evasão, mas também, o ingresso na educação apesar das dificuldades.

Na sequência, foi apresentada a pergunta N° “2.2. *Em algum momento da sua vida escolar você deixou de frequentar a escola? a) Em caso afirmativo, qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s) que levou(aram) você a interromper seus estudos?*”. Para a referida questão o Colaborador 5 respondeu: “O colégio era longe, meu pai não deixou continuar, tinha que ajudar meus pais na lavoura.”. No mesmo sentido, pontuou o Colaborador 9: “Tinha que ajudar em casa e meus pais não tinham condições de pagar os estudos e também não tinha ônibus para transporte.”. Outra resposta significativa para a questão em análise foi dada pelo Colaborador 1 quando afirmou que o motivo que ocasionou o abandono escolar foi por causa de sua gravidez precoce.

Tais respostas ratificam os motivos citados ao longo do referencial teórico onde foi destacado que “Entre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%)” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020, s/p). Também SILVA *et al*, 2020, p.1021 destaca que esse abandono também está relacionado com:

[...] os motivos intraescolar que tem a ver com as dificuldades pedagógicas como a reprovação, o baixo desempenho, a falta de motivação, o desinteresse; e os motivos extraescolar relacionados com os aspectos socioeconômicos como a condição financeira, a gravidez precoce, a necessidade de trabalhar, o crime e a violência, os perigos do caminho da escola.

A respeito da evasão escolar, Silva Filho e Araújo (2017, p. 38) também apontam que:

A Evasão escolar ocorre por motivos geralmente atribuídos às dificuldades financeiras, ao ingresso prematuro no mercado de trabalho, à troca de domicílio, à doença, à falta de interesse do aluno ou de seus responsáveis, às dificuldades de acesso à escola, aos problemas domésticos, à separação dos pais ou à reprovação do aluno.

Através das respostas analisadas, foi possível identificar que o trabalho se constitui no principal motivo causador do abandono escolar, principalmente no que diz respeito ao auxílio nos afazeres em casa. Em um período, como já mencionado, em que a escola não era vista como obrigatória muitos dos entrevistados abdicaram do que hoje é um direito, para trabalhar nas lavouras, com a avicultura, na pecuária, ou em qualquer outro serviço, o qual levava o sustento para a família.

Conforme o Art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”, porém, conforme a Agência IBGE Notícias (2020, s/p), mesmo que o índice do trabalho infantil, no Brasil, caiu de 5,3%, em 2016, para 4,6% das pessoas de 5 a 17 anos, em 2019, ainda havia 1,8 milhão de crianças e jovens nessa situação no país, sendo 1,3 milhão em atividades econômicas e 463 mil em atividades de autoconsumo.

Tal apontamento remete que, ainda existem muitas crianças que se encontram

afastadas da escola para a realização de trabalhos, sejam eles remunerados ou para ajudar a própria família. Essa situação tem sido combatida por uma rede de apoio às crianças e adolescentes com a implantação da legislação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), bem como políticas públicas que devem ser implantadas nos municípios através dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente.

Ao abordar a questão Nº 2.2, letra “b) *Neste período em que seus estudos foram interrompidos, qual foi seu sentimento? Como isso repercutiu em sua vida?*”, o Colaborador 2 respondeu: “Tranquilo! Porque tive que escolher qual era o mais importante.”. Já o Colaborador 5 enfatizou: “Meus sentimentos foram de muita tristeza, pois meu sonho foi interrompido, perdi muitas oportunidades.”. O Colaborador 7 afirmou: “Sentimento que estava colocando um ponto final de um futuro promissor.” e o Colaborador 10 destacou: “Me sentia triste, eu não tive muito incentivo dos meus pais. Eles também não estudaram.”.

Esses sentimentos remetem, de certa forma, à exclusão, essa abordada por Freire (1987) que traz a humanização, a qual, podemos compreender nesse sentido, como a condição humana de desenvolvimento através da educação e a desumanização, diante da privação desse direito, e assim afirma:

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 1987, p. 16).

Decorrente a isso, é possível afirmar que os entrevistados experimentam a exclusão social, uma vez que foram privados de seu direito à educação por seus pais ou por suas próprias escolhas e essa interrupção dos estudos ocasionou reflexos na vida desses sujeitos, sendo que essa pausa ainda marca esses indivíduos com lembranças e sentimentos negativos daquele período, e, ainda hoje, essas emoções estão presentes nos seus relatos, pois, afetaram tanto sua vida pessoal, quanto profissional.

Hoje podemos acompanhar os reflexos dessa lacuna na educação quando há a busca de um emprego, uma promoção profissional ou até mesmo na busca de novas

oportunidades para a realização pessoal e profissional. Tais dificuldades de acesso ao mundo do trabalho, bem como para a realização pessoal reafirmam a exclusão social e contribuem para que as pessoas tenham seus sonhos interrompidos validado o que preconizou Freire (1987).

4.2 ESCOLARIDADE E OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

A educação, em especial a Educação Básica, é uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano. Conforme Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”. Diante das mudanças no contexto social, o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, exigindo assim, sempre um maior nível de escolarização tanto para o ingresso ou para a permanência no mundo do trabalho.

Considerando esse mercado exigente, é possível que muitos brasileiros tenham perdido oportunidades pela falta de escolarização. Assim, para verificar este aspecto junto aos entrevistados, foi apresentada a questão Nº “2.3. *Você já perdeu alguma oportunidade na vida pessoal e/ou profissional por não ter a escolaridade completa (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)? Comente sobre algum fato ou situação vivenciada.*”.

Para essa pergunta, quatro dos colaboradores entre os dez entrevistados responderam que não perderam nenhuma oportunidade pela falta de escolarização, porém, o Colaborador 1 respondeu: “Já. Quando fui ver uma vaga de atendente de loja.”, o Colaborador 7 afirmou: “Sim eu já perdi a oportunidade de me ingressar no exército.” e o Colaborador 10 destacou: “Sim, tipo fazer um concurso público, mudar de cargo, arrumar emprego.”. Outro aspecto abordado pelos colaboradores entrevistados foram os recrutamentos internos, para os quais ficam impossibilitados de participar devido à falta de escolarização, conforme aponta o Colaborador 5: “Sim, na empresa onde eu trabalho, quando abre vagas para progresso profissional ou melhora de cargos, não tenho escolaridade para me inscrever.” e o Colaborador 6 reitera: “Com certeza. Podia ter subido de cargo pra ter uma remuneração melhor, mas sem estudo tem que ficar na produção.”.

Para aprofundar a temática, os colaboradores responderam à Questão Nº “2.4. *Em sua opinião, a escolaridade influencia nas oportunidades no mundo do trabalho? Em caso afirmativo, justifique de que forma.*”. Para tal questionamento vale destacar as respostas do Colaborador 1: “Hoje em dia é difícil conseguir um serviço se não tem os estudos completos.”. O Colaborador 3 assim se manifestou: “Sim! Você acaba perdendo grandes oportunidades. É a partir do Ensino Superior que se consegue encontrar um bom cargo e salário, porque quanto mais alto o grau de formação, maior são as suas possibilidades.” e o Colaborador 6 reiterou: “Sim, se você tem estudo pode conseguir empregos mais fácil, ter remuneração melhor e tem mais oportunidade.”. Compartilhando com esses posicionamentos, o Colaborador 7 afirmou: “Sim, se você não tem estudo você não consegue acompanhar as mudanças na era moderna.”. Por fim, o Colaborador 10 destacou: “Sim, muito, não podemos fazer uma faculdade, um emprego melhor até pra entrar numa firma.”.

Diante desses apontamentos Martinez e Peric (2009, p.11) afirmam que:

[...] além de serem identificados baixos índices de escolaridade, falta de regularidade na leitura de jornais ou revistas, dificuldade de comunicação verbal e escrita. Esses trabalhadores têm dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e na maioria das vezes os empregos que eles conseguem estão nos níveis mais baixos ou na informalidade.

As respostas dos entrevistados reiteram a ideia de que a escolaridade e o nível da mesma influenciam diretamente nas oportunidades de trabalho. Os relatos mostram que as oportunidades profissionais foram afetadas pela falta de escolaridade de forma a causar prejuízos tanto na vida profissional, quanto na vida pessoal, pois, de certa forma, causam baixa autoestima, evocando lembranças e sentimentos, assim como o abandono dos estudos levantado na questão 2, letra *b*) da entrevista.

Porém, para aqueles que acreditam na educação e compreendem que ela possa trazer benefícios para esses dois contextos, tanto para o pessoal, quanto para qualificar sua função dentro da empresa, ainda podem ir em busca do ser mais como mencionado por Paulo Freire:

É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos. Daí, a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica no reconhecimento crítico, na “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser

mais (FREIRE, 1987, p. 18).

Essa busca do ser mais, sendo ela, um desejo que deve surgir de cada indivíduo, vai ao encontro do processo de humanização de cada um. Humanização essa, com o propósito de fazer pertencer à sociedade, de se sentir inserido através da apropriação de seus direitos, fazendo de si o responsável pela sua própria história, buscando mudanças, evoluções, seu desenvolvimento e, com tudo isso, conseqüentemente, sua satisfação como pessoa e como profissional.

4.2.1 A educação vista por outros olhos: o mundo do trabalho

A Educação Básica, a qual compreende três etapas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e, conforme o Art. 22 da LDB 9.394/96 tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, logo, fundamental para o devido crescimento do indivíduo como pessoa, como sociedade e como profissional. De acordo com a legislação vigente, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica tem por finalidade, conforme Art. 29 da LDB em foco, o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O Art. 32 da referida lei estabelece que o Ensino Fundamental:

[...] tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

E no Art. 35 a LDB traz aspectos sobre o Ensino Médio, estabelecendo para este nível de ensino as seguintes finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade

a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
 III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Todo esse processo a ser percorrido, é essencial para o desenvolvimento íntegro do sujeito como afirma a finalidade da educação, porém, para alguns interferem, mas, para muitos, finalizar todas essas etapas não influenciam na vida pessoal e profissional.

Como forma de analisar essa questão com os sujeitos entrevistados, foi interrogado: “2.5. *Na sua visão, existem benefícios na sua vida pessoal e profissional oportunizados pela conclusão dos estudos na Educação Básica? Em caso afirmativo, cite alguns.*”.

Para a referida pergunta, destaco a colocação do Colaborador 6 quando afirma: “Sim. Aumentaria minha autoestima, teria uma profissão melhor e um salário melhor.” e do Colaborador 8 que destacou: “Sim. Poderia participar dos processos seletivos da empresa.”. Menciono ainda as palavras do Colaborador 10: “Acho que não estaria na empresa X hoje porque eu tinha a quarta série incompleta. Hoje nas firmas estão exigindo mais estudos. Hoje me sinto realizada.”.

Três dos entrevistados não responderam à pergunta em foco e, apenas o Colaborador 4, afirmou que não há benefícios ocasionados pela conclusão da Educação Básica, através da resposta: “Não! Basta ter vontade.”.

Ao final da entrevista foi possibilitado que os entrevistados escrevessem livremente através da seguinte colocação Nº “ 2.10. *Espaço livre: Este espaço é para sua expressão livre em relação ao tema em foco para que você comente algo que considera importante e que não lhe foi perguntado.*”. O Colaborador 4 destacou ainda que “Só estudo não basta, tem que ter vontade de aprender sempre, sem vontade não adianta estudo.”. A fala do Colaborador 4 vai ao encontro das palavras de Martinez e Peric (2009, p.11) citando Silva:

O século XXI traz mudanças significativas para o mundo do trabalho, de acordo com Silva (2002), ter um diploma já não significa ter o seu emprego garantido. Para manter sua empregabilidade o trabalhador precisa ter competências técnicas, capacidade de decisão, comunicação oral e escrita e saber trabalhar em equipe. Estes serão denominados “trabalhadores do conhecimento” por serem capazes de usar o seu conhecimento para melhorar

a produtividade e gerar inovações (SILVA apud MARTINEZ e PERIC, 2009, p.11).

Diante da questão em foco, o Colaborador 9 declarou:

O que eu posso dizer é que quem tem a oportunidade de estudar não perca ela por nada, pois no futuro o estudo vai ajudar muito para ter mais facilidade em conseguir um emprego melhor, ou até para montar sua própria empresa, ou melhor, ser dono do seu próprio negócio. Eu, por exemplo, sonhava em ser engenheiro mecânico e não sou por não ter estudado, mas espero conseguir dar um bom estudo pro meu filho. Muito obrigado pela oportunidade, espero ter ajudado em alguma coisa. Boa sorte!

Perante as respostas em análise, ficou evidente que, para a maioria dos entrevistados, a conclusão da Educação Básica é sim necessária e benéfica tanto para a vida pessoal quanto profissional. Assim, é possível afirmar, a partir da fala dos entrevistados que a escolaridade possui grande influência na realização pessoal, através da elevação da autoestima, dos bons sentimentos, da qualidade de vida, estes também proporcionados através da realização profissional, com o emprego desejado e seu reconhecimento dentro da função desempenhada.

Com certeza, somente a educação não é o suficiente, mas ela é o degrau inicial para o crescimento do indivíduo e, muito além das fases da Educação Básica, ela abrange, conforme Art. 1º da LDB 9.394/96, os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Apoia essa ideia Martinez e Peric (2009, p.11) quando afirmam:

[...] a educação tem um papel fundamental; através dela o ser humano aprende a viver em sociedade, buscar informações para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, ter autonomia, assim como aprende a conhecer o outro e a si mesmo. A escola deixa de ser o único espaço a transmitir conhecimento, as empresas e os espaços sociais e domiciliares, tornam-se espaços educativos.

O ser humano está em processo constante de aprendizagem, principalmente de modo informal. Diante disso, fica evidente que a educação está presente, inconscientemente, em diversos, se não em todos os espaços percorridos por nós, e que a conclusão da Educação Básica traz benefícios tanto para a vida pessoal e

profissional, possibilitando o reconhecimento de si como sujeito presente na sociedade.

4.3 RECOMEÇAR SEMPRE É UMA OPÇÃO: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Diante de todo esse cenário da evolução do conhecimento, da evolução tecnológica, o mundo do trabalho também acompanhou todo esse avanço e se aprimorou, exigindo cada vez mais uma formação mais qualificada das pessoas que estão no mundo do trabalho.

A própria industrialização, a automação e todos os demais processos de implementação da tecnologia nas empresas exigem colaboradores cada vez mais preparados para saber lidar com esses novos recursos. Porém, essa evolução, por um lado, beneficiou o trabalhador, mas, por outro, gerou o desemprego no mundo do trabalho, fazendo com que o mercado de trabalho se tornasse altamente competitivo.

Conforme Pesquisa Mensal de Emprego (PME, 1996) realizada pelo IBGE em seis Regiões Metropolitanas:

O avanço da tecnologia é apontado como o principal motivo da eliminação de postos de trabalho na indústria. As novas tecnologias de informática e de comunicação provocaram o desaparecimento de várias categorias de ocupação. O setor de serviços que absorvia a mão-de-obra liberada na indústria também está sendo invadido por novas tecnologias e, por isso, não consegue gerar postos de trabalho em quantidade suficientes para impedir o crescimento do desemprego (IBGE, 1996, p.41).

Dessa maneira, esse mercado competitivo está demandando cada vez mais que as pessoas dominem conhecimentos e a Educação Básica é necessária pois contribui na formação desse sujeito para que depois cada indivíduo avance nas diferentes qualificações para poder estar inserido no mercado de trabalho (MARTINEZ e PERIC, 2009).

Diante desta nova realidade, que já estava em curso antes do período da pandemia da Covid-19, até pode-se dizer a partir de todo o período da revolução industrial (1930 – 1956), me senti instigada a verificar junto aos participantes da investigação como compreendem e de que forma se colocam frente a esses movimentos que permeiam o mundo do trabalho, pois, como já referido, a evolução

tecnológica demanda formação profissional técnica e tecnológica que, muitas vezes deve ser realizada em cursos no Ensino Superior.

Também, no sentido de igualar seus quadros de profissionais, as empresas têm buscado colaboradores com a escolaridade completa, além de oportunizar para aqueles que já fazem parte da empresa facilidades para a conclusão dos estudos, através de incentivos e flexibilidade de horário. Tal afirmação é ratificada pela pesquisa Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020, p. 34):

Embora nem sempre a escolaridade seja associada ao nível de qualificação de uma ocupação, ela pode ser uma condição necessária para o seu exercício. Pressupõe-se que o nível de instrução é uma propriedade capaz de diferenciar as ocupações do ponto de vista do prestígio, da hierarquia e dos rendimentos. Em geral, a força de trabalho brasileira possui um baixo nível de instrução, uma vez que, em 2019, 39,8% dos ocupados não possuíam o ensino médio completo. O fato positivo é que esse percentual veio se reduzindo paulatinamente desde o início da série observada, quando chegou a representar 50,5% dos ocupados em 2012.

Diante desses aspectos questionei aos entrevistados “2.6. *Ao longo de sua trajetória de vida, você fez tentativas para retomar seus estudos? Em caso afirmativo, comente como foi. Em caso negativo, comente o porquê você não fez a retomada dos estudos ou o que fez você desistir dessa retomada?*”. O Colaborador 1 respondeu “Sim, mas tava difícil estudar com uma bebê, eu não tinha quem cuidasse dela.” e o Colaborador 3 afirmou: “Sim! Quando eu já tinha 26 anos resolvi voltar a estudar, fiz o EJA.”. Já o Colaborador 4 destacou: “Não! A escola era longe e tive sempre que trabalhar para aumentar a renda da família.”, o Colaborador 9 mencionou: “Até pensei em voltar, mas como trabalhava de motorista e não tinha horário optei por não estudar.” e por fim, destaco a resposta do Colaborador 10: “Meu primeiro emprego foi num restaurante, trabalhava de noite, não me animava mais ir pro colégio.”. De acordo com as respostas dos colaboradores, quatro entrevistados tentaram retomar os estudos, porém outros seis não conseguiram por diversos motivos, seja pelo emprego que não era possível conciliar com a escola, a dificuldade do acesso à escola por ser longe, e também, para aqueles que retornaram, a dificuldade da permanência por ter que cuidar da família, como os filhos ou pessoas doentes.

Miranda e Pereira (2018, p. 227) validam as respostas acima relatadas quando

afirmam:

Diferentes fatores afastaram esses alunos da escola ou implicaram na interrupção de seus estudos, mas é possível apontar que, nomeadamente, moradia distante de escolas e a necessidade de se dedicar ao trabalho ou à família são os principais.

Assim, tais respostas enfatizam que, além dos que optaram em não voltar a estudar e, mesmo aqueles que retomaram, não chegaram a concluir a Educação Básica, de modo que interromperam mais uma vez a escolarização, pela dificuldade de acesso, por motivos de trabalho ou por questões familiares, assim suprimindo outras demandas que não fosse a educação, tornando-se, mais, uma vez, excluídos do sistema educacional e social. Sobre o processo Paulo Freire, em seu livro “Educação Como Prática Da Liberdade” (1967, p. 50) afirma que:

[...] Uma das grandes, se não a maior, tragédias do homem moderno está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhes entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se [...]

Dessa forma, essas afirmativas apontadas pelos colaboradores entrevistados remetem às histórias de vida de cada colaborador entrevistado, aos percursos individuais que se entrelaçam à medida que apontaram dificuldades comuns que potencializaram a desistência dos estudos revelando em cada resposta as decisões feitas por cada um, priorizando, não a si, mas aos outros.

Busquei ouvir os participantes da pesquisa se essa vontade de retomar os estudos ainda é desejo para os mesmos e como se colocam diante da falta da escolaridade, por isso os questioneei sobre Nº “2.7. Atualmente, você já pensa em voltar a estudar? Em caso afirmativo, comente sobre quais são suas motivações para retomar os estudos. Em caso negativo, comente quais são seus motivos.”. Para tal indagação, destaco as respostas afirmativas do Colaborador 1 “Sim. Quero crescer na vida.”, do Colaborador 3: “Sim. Eu vejo que hoje faz muita falta, principalmente para uma oportunidade de trabalho melhor.”, do Colaborador 6: “Sim. Quero poder

aprender mais e gostaria de ter meu próprio negócio.” e do Colaborador 9: “Sim. Pra acompanhar melhor meu filho e para crescimento profissional.”. Contudo, vale apontar também as respostas negativas dadas pelos entrevistados em que o Colaborador 2 afirmou: “Não! Porque não gosto de estudar.” e o Colaborador 4 enfatizou: “Não. Porque os livros não me atraem mais.”. As respostas revelam dois grupos distintos, em que a maioria gostaria de retornar aos estudos, mas, por outro lado, é importante destacar que dois colaboradores afirmaram que não pensam em retornar aos estudos, como eles mesmo apontaram por não gostarem de estudar, ou por não ter mais atração pelos livros. Tais narrativas me remete à Freire (1987, p. 22) que afirmou “Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la.”. Nesse caso, essa liberdade também é proporcionada pela educação, porém com o passar do tempo as pessoas se acomodam, não buscam se aprimorar para crescer profissionalmente, não sonham mais e não sentem motivação para melhorar, pois ficam reféns de suas próprias condições. Esses não veem mais possibilidades de mudança, de crescimento, de desenvolvimento, acomodando-se e vivendo sem grandes perspectivas de vida.

Para tanto compreendo a intenção daquele que ainda tem o interesse em retomar os estudos, conforme aponta Moura e Silva, 2018 p.16:

O adulto, diferente do jovem que tem um olhar para o futuro, possui interesses voltados para o presente. Sua preocupação está atrelada a melhorias e segurança na vida profissional que são reflexo de suas responsabilidades com o sustento da família e educação dos filhos. Além disso, há uma cobrança social em relação às etapas que devem ser cumpridas pelos sujeitos adultos para que sejam considerados “bem sucedidos na vida”.

Nesse sentido, as respostas revelam que enquanto alguns ainda têm a intenção de retomar e concluir a Educação Básica seja por melhoria de emprego, na intenção de ser um empreendedor ou até mesmo de conseguir acompanhar a educação dos filhos, conforme apontam as respostas, outros não veem a necessidade dessa retomada. A retomada da escolaridade para esse público em questão vem através das possibilidades da Educação de Jovens e Adultos que não estão estruturadas como a escola regular, pois essa modalidade tem uma organização específica para atender esse público diferenciado.

Diante desta constatação, é preciso referir que de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000, p.31):

O importante a se considerar é que os alunos da EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re)inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência [...]. Para eles, foi a ausência de uma escola ou a evasão da mesma que os dirigiu para um retorno nem sempre tardio à busca do direito ao saber.

Por todas essas questões, o público de EJA é diferenciado, seja na idade, nos interesses em frequentar essa modalidade, nas dificuldades, nos saberes e, assim, como nos anos de uma escola regular, os alunos de EJA exigem métodos, assuntos e tratamentos diferenciados, pensados especificamente para suas características e realidades.

Na Educação de Jovens e Adultos é possível ver a diversidade de pessoas, mas, acima de tudo, de saberes. Sobre os saberes, Paulo Freire (1987) diz que não há quem saiba mais e nem quem saiba menos, as pessoas constroem saberes diferentes a partir de sua realidade de vida, ou seja, cada pessoa possui um saber de acordo com sua vivência e cultura, sendo assim, é necessário que esses saberes sejam reconhecidos e abordados, para que esses indivíduos se sintam pertencentes ao processo de educação e que o mesmo seja significativo e condizente com a realidade em que vivem.

A análise das narrativas dos participantes da pesquisa permite afirmar que o abandono escolar, tanto na EJA, quanto nas etapas regulares da Educação Básica ainda é uma realidade e que as possibilidades para a retomada dos estudos são acessíveis e gratuitas conforme a lei vigente. Ainda, cada vez mais a escolaridade é vista como critério de seleção e permanência no mercado de trabalho, sendo assim, pode ser motivação para aqueles que não concluíram a Educação Básica buscarem por essa certificação.

4.3.1 A Educação de Jovens e Adultos: novas oportunidades e desafios

Durante a pandemia do Covid-19, conforme aponta o Censo Escolar 2020, a Educação de Jovens e Adultos registrou uma queda no número de matriculados com

redução de 8,3% em relação à 2019, o que corresponde a quase 270 mil estudantes a menos. A redução ocorreu tanto na EJA de nível fundamental (-9,7% com a redução de 187,4 mil matrículas) quanto na de nível médio (-6,2% com a redução de 83,5 mil matrículas) (AGÊNCIA BRASIL, 2021, s/p).

Considerando a EJA como importante e potente meio para a retomada dos estudos foi apresentada a questão Nº “2.8. *Você alguma vez já frequentou a EJA (Educação de Jovens e Adultos)? Se sim, conte-me como foi sua experiência e o que levou você a não concluir os estudos nesta modalidade de ensino.*”. Como resposta, os Colaboradores 4, 6, 7, 8 e 9 afirmaram nunca terem frequentado a Educação de Jovens e Adultos, porém, os demais, sendo metade dos entrevistados, asseguraram terem frequentado a EJA. Cabe ressaltar a resposta do Colaborador 1: “Sim. A experiência foi ótima, mas tive que desistir, por causa da minha filha.”, do Colaborador 3: “Sim! Eu gostava muito de ir, só que era horário noturno aí acabei me cansando porque de dia tinha que trabalhar aí ficava puxado.” e do Colaborador 5: “Sim. Tendo sido uma experiência boa, estou tendo um bom aprendizado.”.

Assim, mesmo aqueles entrevistados que retornaram os estudos através da EJA, só um colaborador estava frequentando essa modalidade de ensino no período em que a entrevista foi realizada. Os demais que também iniciaram a EJA, novamente, abandonaram a escola, por causa da família e do trabalho.

A EJA, normalmente, tem sua dinâmica similar ao modelo tradicional de ensino, em que cada pessoa deve frequentar as aulas todos os dias, durante quatro horas. Esse modelo exige tempo e, de fato, muito interesse dos participantes, uma vez que segue os mesmos padrões da educação convencional. Por consequência disso, outros modelos para a conclusão da Educação Básica foram se constituindo.

Outro aspecto foi levantado a partir da questão Nº “2.9. *Você tem conhecimento de como pode concluir a Educação Básica a partir do ano em que parou seus estudos? Você tem interesse em saber mais sobre essas possibilidades?*” e apenas o Colaborador 1 respondeu “não” para a primeira pergunta, os demais, exceto o Colaborador 10 que não respondeu as duas perguntas, sabem como podem concluir a Educação Básica, sendo que o Colaborador 7 afirmou: “Fazer o EJA.”. Quanto à segunda parte da pergunta, apenas dois não tinham interesse em saber mais sobre as possibilidades para essa conclusão. Os demais revelaram a curiosidade em saber as diferentes maneiras para a retomada e conclusão dos estudos. Nesse contexto

vale ressaltar que existe uma política educacional vigente no país que ampara o retorno à escolaridade às pessoas que, por vários motivos, tenham interrompido seus estudos, como dissertado ao longo da monografia construída a partir da investigação com foco na Educação de Jovens e Adultos.

A referida política está amparada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), no Art. 37, § 1º que destaca:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Tal política é amplamente defendida no Plano Nacional de Educação (PNE, 2014 – 2034) na Meta10, a qual pretende “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, no ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional”.

A referida política tem como objetivo intensificar a campanha nacional de alfabetização de jovens e adultos através de iniciativas voltadas à qualificação dos trabalhadores as quais podemos citar **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)** e o **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. Tais iniciativas são apoiadas pelo governo federal nos estados e municípios para que a parcela excluída da escolarização possa, mesmo que às vezes, minimamente, possa pelo menos alfabetizar-se e acenar com possibilidades de continuidade aos estudos da Educação Básica. Outra alternativa incentivada pela União é o **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)** que, segundo o INEP tem por objetivo:

[...] construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros (MEC, 2018, s/p)

Segundo as informações disponibilizadas pelo INEP, para a realização dessa prova, a participação é voluntária e gratuita e é destinada a todos os jovens e adultos

que desejam a certificação ao nível de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio, inclusive às pessoas privadas de liberdade, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada. O referido exame conta com questões voltadas para as áreas do conhecimento específicas de cada nível e, para que os participantes possam se preparar, o INEP disponibiliza em sua página na internet o material didático pedagógico de apoio aos inscritos e aos professores (MEC, 2018, s/p).

Desde o ano 2009, é possível, também, às pessoas com mais de 18 anos de idade realizar o **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)** para obter a certificação dessa etapa. De acordo com os dados do INEP (2016, s/p), no ano 2013 784.830 candidatos solicitaram a certificação, via provas do ENEM, porém, apenas 60.320 - ou seja, menos de 10% - alcançaram os resultados necessários para a obtenção da certificação. Os dados revelam que apenas a aplicação de prova não é o suficiente para a promoção da aprendizagem, mas este é outro tema que merece estudo e pesquisa (INEP, 2016, s/p).

No que se refere à realização de provas para certificação, destaco os **Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA)** disponibilizados em algumas escolas estaduais com o objetivo de promover a realização de provas para a conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo o direito à certificação de conclusão (MEC, s/d, s/p). Sobre este aspecto compartilho uma vivência acadêmica realizada no decorrer da Unidade de Aprendizagem Gerações e Processos Educativos II: Jovens, Adultos e Envelhecimento Humano, cursada no primeiro semestre do corrente ano, tive a oportunidade de conhecer o NEEJA Metamorfose, localizado em Bento Gonçalves-RS.

Tal vivência me oportunizou compreender que, enquanto em uma escola regular o contato é diário e por meses, existe uma obrigatoriedade de frequência, há uma lista de conteúdos a serem abordados pelos professores, entre tantas outras características, no NEEJA, essa relação entre escola e educando é simplificada e rápida, não havendo o estabelecimento de interações pedagógicas mais duradouras, como ocorre na escola regular.

Ou seja, o vínculo entre instituição e aluno é, no máximo, de trinta dias. Na primeira semana ocorrem as inscrições para as provas de certificação, então é momento em que o interessado vai até a escola apresentando os documentos

(Documento com foto, comprovante de endereço e comprovante de escolarização). Nesse momento são entregues orientações quanto aos dias do tira dúvidas, que ocorre na semana seguinte às inscrições, as datas das provas e outras informações gerais. O tira dúvidas serve para que os inscritos que acharem necessário se dirijam para a escola para esclarecimentos sobre os conteúdos abordados nas provas. Porém, segundo informações da diretora do Núcleo de EJA referido, há pouca procura para o tira dúvidas. Os interessados comparecem apenas para realizar as avaliações. Finalizando essas duas semanas, iniciam-se as provas, essas com disciplinas, datas e horas definidas para cada dia, determinadas pela Coordenadoria Regional de Educação. Na primeira semana ocorrem as provas do Ensino Fundamental e na segunda semana as do Ensino Médio. Após esse processo, o vínculo com a escola se encerra. O candidato retornará à escola somente para retirar o certificado de conclusão ou, caso não tenha conseguido alcançar a média em alguma área, realizará nova inscrição para percorrendo novamente todas as etapas do processo, em busca de seus objetivos.

Como outra possibilidade para a conclusão dos estudos na Educação Básica, destaco o incentivo da iniciativa privada, com destaque ao **Serviço Social da Indústria (SESI)**, presente na realidade investigada e que é um agente de transformação social, apoiando a indústria através de serviços focados em Educação e Saúde, buscando transformar a vida das pessoas para melhor, gerando inovação para a indústria e impulsionando a sociedade para o futuro. Na Educação, o SESI atua em diferentes eixos que incluem Educação Infantil, Ensino Médio, Contraturno Escolar, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Continuada, e Gestão e Formação Educacional. As ofertas através do SESI ocorrem de forma presencial e, também, online, tornando-se mais flexível para os inscritos conciliarem a educação e o trabalho (SESI, s/d, s/p).

Assim as diversas possibilidades de reingresso na educação, visando a conclusão dos estudos de forma mais rápida e mais acessível proporcionam a certificação, o desenvolvimento e uma possível qualificação para o mundo do trabalho. Essas diferentes oportunidades servem como esperança para aqueles que ainda veem na educação o seu crescimento pessoal e profissional, tendo assim mais uma chance de ser um estudante para a busca da realização de seus sonhos via educação formal.

É importante referir que este estudo valida o que tem sido publicado sobre a EJA, ou seja, os jovens e adultos das camadas populares, muitos em vulnerabilidade social não sentem-se motivados à busca das aulas com mais frequência porque a subsistência e sustento da família impedem que o tempo seja destinado para tal objetivo, ou seja, seu modo de viver e de sobreviver não estão articulados às propostas vigentes para a EJA, como foi possível constatar através das falas dos participantes da pesquisa. Ainda, muitas vezes as propostas são descontextualizadas e pouco significativas, o que não atrai a população mais fragilizada.

Nesse sentido, esses são alguns dos desafios para a qualificação da oferta da Educação de Jovens e Adultos, ou seja, a garantia dos direitos à educação passa pela compreensão da complexidade dessa demanda que deve contar com processos escolares acolhedores, sensíveis a diferença, com professores preparados e com a flexibilização das propostas de atendimento, trazendo à discussão as características de identidade e da cultura dos sujeitos que buscam a EJA. (HADDAD, *et al*, 2007).

Embora as normas vigentes estabeleçam uma diversidade de formas de organização para a EJA, tais como, cursos presenciais, semipresenciais ou à distância, com avaliação no processo de ensino e aprendizagem ou em exames públicos de certificação de competências, as referidas ofertas organizadas em séries/anos, períodos anuais, semestrais, ciclos, módulos, grupos não seriados, em regime de alternância como estabelece o artigo 23 da LDB. Assim, é possível afirmar que a EJA, no Brasil, é uma modalidade de ensino que busca sua identidade uma vez que atende uma população que requer um olhar e atenção para que seu direito à educação não lhe seja negado.

Freire (1996, p. 71) assinala “O mundo encurta, o tempo se dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido.”. Assim, as oportunidades devem ser aproveitadas, antes que, novamente, a vida seja deixada em segundo plano.

Diante do estudo desenvolvido e da análise da realidade dos participantes da pesquisa, é possível afirmar que a retomada aos estudos para esse público é possível seja através da EJA, do ENCCEJA, dos NEEJA ou pelos incentivos da iniciativa privada como por exemplo do SESI, que também oferta a Educação de Jovens e Adultos. Através das possibilidades mencionadas é possível para além da conclusão dos estudos, a realização pessoal, a qual inclui também uma qualificação, para que os indivíduos possam realizar-se profissionalmente, através de um emprego melhor,

maior piso salarial e reconhecimento pelas suas qualificações. Além disso, contribui para a valorização e inclusão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa desenvolvida a qual abordou o tema “Educação de Jovens e Adultos e o Mundo do Trabalho”, partilho neste momento as reflexões, aprendizagens e conhecimentos construídos a partir da imersão neste universo que me motiva enquanto ser humano, estudante e futura profissional da área da educação.

Vejo a educação como um processo fundamental e transformador, tanto para a vida pessoal, quanto para a vida profissional de cada sujeito. Para tanto a referida pesquisa deu enfoque diretamente à escolarização dos atuais colaboradores de uma empresa do ramo moveleiro do município de Vila Flores – RS, voltando o olhar para os que não concluíram a Educação Básica, compreendendo os motivos para essa interrupção e/ou desistência dos estudos, bem como as consequências ocasionadas pelo abandono escolar, vendo na Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade tão importante para o desenvolvimento desse público, enquanto uma possibilidade para a conclusão do processo educativo.

Assim, para tecer as considerações finais deste trabalho resgato a questão norteadora do estudo: *Quais as implicações da falta da escolarização no âmbito pessoal e profissional dos sujeitos colaboradores da empresa X, localizada no município de Vila Flores-RS?*, sendo possível assim concluir que o estudo descrito revelou que essas implicações pela falta da conclusão da Educação Básica são significativas e muito presentes na vida dos entrevistados.

A análise das entrevistas possibilitou a compreensão das mensagens contidas nas respostas dos participantes dos colaboradores investigados as quais foram agrupadas em blocos de análise, como descrito ao longo do texto. Assim, destaco as considerações mais relevantes de cada um dos referidos blocos: no primeiro, denominado “Educação: direito de todos, privilégio apenas para alguns” foi possível compreender que muitas foram as dificuldades enfrentadas durante a vida escolar desses sujeitos, principalmente no que diz respeito ao acesso à escola. Também ficou evidente que a sobrevivência foi a principal causa do abandono dos estudos, pois grande parte dos entrevistados afirmaram que deixaram de estudar para se dedicar ao trabalho para ajudar no sustento da família e para o seu próprio sustento. No segundo bloco intitulado “Escolaridade e oportunidades profissionais” ficou evidente

que, para os participantes da pesquisa, a escolaridade tem grande influência nas oportunidades de trabalho, seja para conseguir um bom emprego e, conseqüentemente, ser bem remunerado, sendo que a maioria já perdeu alguma oportunidade, principalmente profissional, por não ter a escolaridade completa, vindo assim na conclusão dos estudos, benefícios tanto para a vida pessoal quanto profissional. Por fim, no último bloco de análise que tem como título “Recomeçar sempre é uma opção: a Educação de Jovens e Adultos” constatei que, mediante os argumentos dos colaboradores, grande parte dos entrevistados não retomou os estudos, mas, atualmente, a maioria pensa em voltar a estudar. Outro ponto a ser destacado é que quase todos participantes da entrevista nunca frequentaram a EJA, mas compreendem que através dela podem concluir seus estudos.

Assim, destaco que as narrativas dos participantes da pesquisa revelaram que a educação está diretamente ligada ao mundo do trabalho, uma vez que a escolaridade interfere na entrada, no tipo de cargo a exercer, na permanência e no crescimento dentro da empresa. Também está vinculada à vida pessoal de cada sujeito, uma vez que é uma modalidade que proporciona o desenvolvimento desses indivíduos, e, inconscientemente, ajuda no reconhecimento como ser humano, esse de direitos e oportunidades.

Sobre este aspecto o que mais me marcou foram os motivos que ocasionaram o abandono escolar dos entrevistados. Desde muito novos, tiveram que estabelecer prioridades, dando maior importância para o que era mais relevante no período em questão.

Embora a pesquisa tenha sido realizada com uma pequena amostra de dez colaboradores da empresa campo de investigação, as respostas foram de grande importância para a compreensão do tema em questão, sendo assim, os objetivos foram atingidos à medida que os estudos realizados possibilitaram dar resposta ao problema de investigação.

Revisitando esse estudo, posso afirmar que pretendo seguir aprofundando meus conhecimentos a respeito da temática abordada neste Trabalho de Conclusão de Curso, pois como ainda muitos brasileiros se encontram sem a Educação Básica completa, a Educação de Jovens e Adultos ainda demanda atenção das políticas educacionais, bem como deverá contar com educadores preparados para atuar nestes contextos diversos e plurais. Assim, o profissional pedagogo se torna, cada

vez mais, indispensável para trabalhar no sentido da redução dos altos índices de analfabetismo, de evasão, ou seja, colaborando com a elevação dos níveis de escolaridade e de cultura da população que ficou à margem do sistema educacional.

Ao finalizar a presente monografia, posso afirmar que meus questionamentos iniciais foram respondidos e, diante das vozes dos colaboradores, participantes da pesquisa, pretendo dar continuidade a esse estudo, orientando esse grupo de colaboradores e apresentando a eles as diferentes formas para que os mesmos possam retomar e concluir seus estudos, o que contribuirá na satisfação pessoal e também como alicerce para o progresso profissional.

Ainda, nesse momento, me sinto motivada a aprofundar outras questões como: qual a diferença salarial entre os diferentes sexos, ambos não escolarizados e empregados no mesmo setor, também me instiga compreender de que forma é possível ofertar a Educação de Jovens e Adultos no município de Vila Flores, considerando que, neste momento, não existe esta oferta, o que contribuiu para a desmotivação em relação ao retorno à escola para a conclusão dos estudos pelo fato de terem que se deslocar para outros municípios para buscarem a conclusão da escolaridade.

Por fim, destaco que esse estudo contribuiu para aprimorar meus conhecimentos sobre a minha atuação como pedagoga, principalmente como profissional diante a Educação de Jovens e Adultos. O aprofundamento teórico sobre a EJA, o contado com os colaboradores e suas histórias de vida e a comprovação da estreita relação entre o nível de escolarização e as oportunidades profissionais me sensibilizam de tal forma, a ponto de eu me sentir angustiada perante a toda essa realidade, mas, ao mesmo tempo, me fortalece e me impulsiona a acreditar que, como pedagoga, posso contribuir para mudar a realidade, pelo menos de alguns desses sujeitos. Assim, a escrita dessa monografia foi de suma importância tanto para minha vida pessoal, quanto para minha vida profissional, enquanto futura pedagoga.

REFERÊNCIAS

4 milhões de estudantes abandonaram a escola durante a pandemia. **C6 Bank Notícias**, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://medium.com/c6banknoticias/c6-bank-datafolha-4-milh%C3%B5es-de-estudantes-abandonaram-a-escola-durante-a-pandemia-c3eca99f09a8>. Acesso em: 09 set. 2022.

BISSARO, Débora Zago; ELIAS, Ednete Moraes Costa; BECEVELLI, Soane Lopes; COSTA, Suzete Moraes; COSTA, Tânia Gomes Ferreira da. **Evasão e abandono escolar: os desafios de conter seu avanço, as causas e consequências- estudo de caso na Escola Municipal “João Mendonça”, em Teixeira de Freitas-Bahia**. Research, Society and Development, v. 10, n. 4, p. 01-18, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12463/12707>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. São Paulo: Editora Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas**. Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

_____. **Estatuto da Pessoa Idosa (2003)**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Senado Federal, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação e Trabalho**. Pesquisa Mensal de Emprego: Abril de 1996. Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro, 1997.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 16 de nov. 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Indicadores educacionais**. Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/eja-educacao-de-jovens-e-adultos.html#numero-de-matriculas-na-eja-e-porcentagem-de-matriculas-integradas-a-educacao-profissional-2020>. Acesso em: 09 set. 2022.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 de set. 2022.

_____. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 16 de nov. 2022.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: MEC, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 16 de nov. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja>. Acesso em: 21 nov. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Falta de transporte dificulta acesso à escola**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/201-266094987/2567-sp-787759183>. Acesso em: 16 de nov. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

CARVALHO, Letícia. Taxa de abandono escolar no ensino médio na rede pública mais que dobra em 2021, aponta Inep. **Globo Notícias**, Brasília, 15 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/05/19/taxa-de-abandono-escolar-no-ensino-medio-na-rede-publica-mais-que-dobra-em-2021-aponta-inep.ghtml>. Acesso em: 09 set. 2022.

Censo Escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico>. Acesso em: 16 nov. 2022.

COSTA, R.N. **O mercado de trabalho infanto-juvenil da RMS: um breve panorama**. Salvador, 2000. Monografia de graduação – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/14105/1/ROSANA%20NEPOMUCENO%20CO STA.pdf>. Acesso em: 09 set. 2022.

CUNHA, Luíz Antônio; XAVIER, Libânia. **Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)**. Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>. Acesso em 09 de set, de 2022.

DANTAS, Tânia Regina. **A formação de professores em educação de jovens e adultos (eja) na perspectiva da inclusão social**. Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canoas, v. 24, n. 1, 2019.

Educação em baixa: RS tem maior queda no número de matrículas na EJA desde 2019. **CPERS**, 10 fev. 2022. Disponível em: <https://cpers.com.br/educacao-em-baixa-rs-tem-maior-queda-no-numero-de-matriculas-na-eja-desde-2019/>. Acesso em: 11 set. 2022.

Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos. **Instituto Unibanco**, 2022. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gclid=Cj0KCQjwpeaYBhDXARIsAEzltbGF_wciC6ZH_RhqkvQAuNN6RU78S14w30ID887gl_uXisvPftHQGrkaArCeEALw_wcB. Acesso em: 09 set. 2022.

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). **SESI**. Disponível em: <https://www.sesirs.org.br/sobre-o-sesi#>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5019418/mod_resource/content/1/Pedagogia%20da%20Autonomia%20-%20livro%20completo.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://docs.google.com/a/fcarp.edu.br/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZmNhcnAuZWR1LmJyfG51cGVkaXxneDpmMzFhOWM0YzA3YTg2OWE>. Acesso em: 09 set. 2022.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio (coord.). **Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo de Ações do Poder Público em Cidades de Regiões Metropolitanas Brasileiras**. São Paulo, Global, Ação Educativa, Fapesp, 2007.

JUNIOR, Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva. **Aspectos históricos na EJA**. In: GARCIA, Renata Monteiro. SILVA, Marluce Pereira da. (organização). **EJA, diversidade e inclusão: reflexões impertinentes**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/139/57/557-1?inline=1>. Acesso em: 09 set. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005. 200p. (8. ed.)

LOSADA, Gorete. **Concepções e Potencialidades da Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Ensino do RS**. Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Sul: demanda e oferta. Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação. *DEPLAN / Seduc RS, v. 1, p. 27*.

MARTINEZ, Suzana Riquelme Moreno; PERIC, Raja Bou. As Exigências Educacionais para o Mercado de Trabalho no Século XXI. **Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão**, n. 1, p. 10-12, 2009. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1097717/as-exig%C3%AAncias-educacionais-para-o-mercado-de-trabalho-no->. Acesso em: 09 de set. 2022.

MATUOKA, Ingrid. Os desafios da EJA para incluir quem a escola abandonou. **Centro de Referências em Educação Integral**, 2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-desafios-da-eja-para-incluir-quem-a-escola-abandonou/>. Acesso em: 13 set. 2022.

MIRANDA, Joseval dos Reis; PEREIRA, Maria Susley. **A Prática Pedagógica na Educação de Jovens e Adultos: avaliação e registro**. In: GARCIA, Renata Monteiro. SILVA, Marluce Pereira da. (organização). EJA, diversidade e inclusão: reflexões impertinentes. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/139/57/557-1?inline=1>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 de set. 2022.

MOURA, Carmen Brunelli de; SILVA, Marluce Pereira da. **O Sujeito da EJA**. In: GARCIA, Renata Monteiro. SILVA, Marluce Pereira da. (organização). EJA, diversidade e inclusão: reflexões impertinentes. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. Disponível em: <<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/139/57/557-1?inline=1>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Agência IBGE Notícias**, 16 set. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 07 set. 2022.

PONTAROLO, Regina Sviech. **A relação da auto-estima com o fracasso escolar**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1712-8.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

PUENTE, Beatriz. Com maior número em seis anos, Brasil tem 244 mil jovens de 6 a 14 fora da escola. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 02 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-maior-numero-em-seis-anos-brasil-tem-244-mil-jovens-de-6-a-14-fora-da-escola>. Acesso em: 09 set. 2022.

SANCHES, Emilia Maria Bezerra Cipriano Castro (org.) et al. **Retratos da educação da Infância em tempos de pandemia** / Orgs: Emilia Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches, Fernanda Souza de Oliveira, Priscila Barbosa Arantes e Sandra Cavaletti Toquetão; Prefácio de Vital Didonet. – 1. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sandra-Cavaletti-Toquetao-2/publication/355482308_Retratos_da_Educacao_da_Infancia_em_Tempos_de_Pandemia/links/6173f0613c987366c3d10293/Retratos-da-Educacao-da-Infancia-em-Tempos-de-Pandemia.pdf#page=43. Acesso em: 09 set. 2022.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 29 jun. 2017. Disponível

em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/24527>. Acesso em: 09 set. 2022.

SILVA, Giselly de Oliveira; ALBUQUERQUE, José de Lima; PINHO, Marco Aurélio Benevides de; MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de; ARAÚJO, Carlos William Ferreira de. Políticas públicas no combate a evasão e abandono escolar na educação básica brasileira: uma revisão de literatura. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, vol.14, n.53, p. 1010-1025, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2925>. Acesso em: 09 set. 2022.

TOKARNIA, Mariana. Necessidade de trabalhar é principal motivo para abandonar escola. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/necessidade-de-trabalhar-e-principal-motivo-para-abandonar-escola>. Acesso em: 13 set. 2022.

ONU: NU. Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 20 nov. 2022.

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia Gomes de. **Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 16, 13 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja>. Acesso em: 09 set. 2022.

APÊNDICE

APÊNDICE 01 – Entrevista semiestruturada aplicada aos colaboradores



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA INTITULADA: “EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO”

Prezados (as)!

Sou Larissa de Souza Guadagnin, acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), Campus da Região dos Vinhedos, localizado na cidade de Bento Gonçalves-RS.

Convido você a participar de minha pesquisa para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso referente ao tema “EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO”

Esclareço que, os dados coletados, bem como sua identidade serão mantidos em sigilo e servirão de material empírico para a elaboração de estudos que fazem parte da referida pesquisa.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Agradeço por sua disponibilidade e aceite, pois sua participação será de fundamental importância para minha pesquisa na área da Educação que aborda um tema de grande relevância social.

Desde já, meu muito obrigada!

Larissa de Souza Guadagnin

QUESTÕES DE ENTREVISTA:

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1.1. Idade:

1.2. Gênero:

() Masculino

() Feminino

() Outro Qual?

1.3. Escolaridade:

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Superior

Em caso afirmativo, qual é o Curso?

Concluído?

Incompleto? Até que ano?

() Pós- Graduação

Qual?

Concluído?

1.4. Sobre a vida profissional:

Desde que idade você trabalha?

Que profissão/profissões você já exerceu?

Há quanto tempo você atua nesta empresa?

Qual é o setor de atuação?

Sempre atuou no mesmo setor?

2. QUESTÕES DA ENTREVISTA

2.1. Convido você relembrar sua vida escolar. Ao longo de sua infância e

adolescência você encontrou dificuldades em relação aos estudos?

Em caso afirmativo, qual(is) a(s) principal(is) dificuldade(s) que você enfrentou durante o período que você frequentou a escola?

2.2. Em algum momento de sua vida escolar você deixou de frequentar a escola?

a) Em caso afirmativo, qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s) que levou(aram) você a interromper seus estudos?

b) Neste período em que seus estudos foram interrompidos, qual foi seu sentimento? Como isso repercutiu em sua vida?

2.3. Você já perdeu alguma oportunidade na vida pessoal e/ou profissional por não ter a escolaridade completa (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)? Comente sobre algum fato ou situação vivenciada.

2.4. Em sua opinião, a escolaridade influencia nas oportunidades no mundo do trabalho? Em caso afirmativo, justifique de que forma.

2.5. Na sua visão, existem benefícios na sua vida pessoal e profissional oportunizados pela conclusão dos estudos na Educação Básica?

Em caso afirmativo, cite alguns.

2.6. Ao longo de sua trajetória de vida, você fez tentativas para retomar seus estudos? Em caso afirmativo, comente como foi. Em caso negativo, comente o porquê você não fez a retomada dos estudos ou o que fez você desistir dessa retomada?

2.7. Atualmente, você já pensa em voltar a estudar?

Em caso afirmativo, comente sobre quais são suas motivações para retomar os estudos. Em caso negativo, comente quais são seus motivos.

2.8. Você alguma vez já frequentou a EJA (Educação de Jovens e Adultos)? Se sim, conte-me como foi sua experiência e o que levou você a não concluir os estudos nesta

modalidade de ensino.

2.9. Você tem conhecimento de como pode concluir a Educação Básica a partir do ano em que parou seus estudos?

Você tem interesse em saber mais sobre essas possibilidades?

2.10. Espaço livre: Este espaço é para sua expressão livre em relação ao tema em foco para que você comente algo que considera importante e que não lhe foi perguntado.

Muito obrigada!

Larissa de Souza Guadagnin